

Vitória do Brasil em 2026

Mudanças para o desenvolvimento soberano

Resolução Política do 16º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Introdução

A Resolução Política do 16º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) concentra análises e aponta diretrizes táticas e estratégicas focadas em respostas ao que, hoje, é principal para o Brasil e o povo brasileiro, num contexto de um mundo em transformação, de acirrada luta de classes, de forte pressão da oligarquia financeira e do imperialismo estadunidense, em conexão com a extrema-direita, contra a missão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de reconstruir o Brasil.

Na convicção dos/as comunistas, para o país sair da crise e superar seus impasses duas grandes tarefas se destacam: batalhar por nova vitória da aliança liderada por Lula em 2026 e lutar pela realização de mudanças estruturais, com um plano e um polo estratégicos, constituídos pela esquerda e por forças populares e patrióticas. Nessa jornada, impõe-se a necessidade de reposicionar e revigorar o PCdoB para um novo ciclo de acumulação de forças e elevá-lo à condição de legenda com influência crescente na vida política do país, nas batalhas do povo, reforçando sua identidade revolucionária e dando mais nitidez à perspectiva do socialismo.

I – Internacional

Análise da crise sistêmica do capitalismo, da transição na ordem mundial, da nova luta pelo socialismo

A- Capitalismo contemporâneo: crise, instabilidade e contradições

O contexto atual é marcado pelo desenvolvimento da crise sistêmica do capitalismo – especialmente com a perda de dinamismo das economias dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão –, cujos principais indicadores são baixo crescimento econômico, ampliação da desigualdade de renda e riqueza, precarização do trabalho, concentração e centralização do capital, domínio da financeirização e da ampliação do rentismo e seu parasitismo, em contraste com o dinamismo da Ásia, notadamente de China, Vietnã e Índia (1).

Concentração de riqueza, exploração do trabalho, destruição ambiental

A concentração de riqueza e as desigualdades sociais são características marcantes do capitalismo contemporâneo, agravadas pelo desmonte das políticas de proteção e bem-estar social, pela regressão dos direitos dos/as trabalhadores/as e a implementação de políticas fiscais regressivas promovidos pelo neoliberalismo. Fenômeno esse que se agrava na periferia do sistema. O 1% mais rico da população global detém 45% da riqueza mundial, enquanto os 50% mais pobres dela compartilham apenas 1% (*Relatório de Riqueza Global do Credit Suisse, 2023*) (2). Impulsionando esses movimentos, encontra-se a elevada composição orgânica do capital por meio da avançada automação dos processos de trabalho, inclusive a Inteligência Artificial (IA), sob o comando do capital que privatiza e se apropria das diversas esferas da sociedade.

Ampliam-se, no quadro atual, as contradições entre o trabalho e o capital. Na busca por maiores taxas de lucro, os capitalistas promovem uma desenfreada concorrência pela produtividade, intensificando a exploração da força de trabalho. As plataformas digitais (Uber, iFood etc.) fragmentam o trabalho, eliminando direitos e estabilidade. Os/As trabalhadores/as aparecem sob o falso título de “empreendedores de si mesmos”, mas sem proteção social e responsáveis pelos custos dos seus meios e instrumentos de trabalho. A este movimento soma-se a ofensiva neoliberal, política e econômica, contra os direitos e a organização dos/as trabalhadores/as, levando à precarização e à degradação das condições de trabalho e à ampliação do desemprego.

A mudança climática é resultado direto da lógica destrutiva do capitalismo. Os países imperialistas, principais responsáveis pelo acúmulo histórico das emissões de gases que provocam aceleração do aquecimento global, com consequências no efeito estufa, procuram bloquear o desenvolvimento econômico, tecnológico e social dos países do chamado Sul Global, no qual os impactos das mudanças climáticas são proporcionalmente maiores. O enfrentamento pleno da crise climática não é possível pela lógica capitalista. A resposta às mudanças climáticas passa necessariamente por novas relações e novos padrões de produção e consumo, só possíveis em sociedades socialistas. Como é preciso usar os recursos naturais para subsistência ou desenvolvimento social, seu uso deve ser com rigorosa aplicação de ciência e tecnologia para reduzir o impacto ambiental. A isso se denomina sustentabilidade. No Brasil, os impactos da crise climática já se manifestam de forma dramática, com seca extrema que atinge a Amazônia, enchentes e deslizamento no Sul e Sudeste, ondas de calor recordes, intensificação de queimadas e crise hídrica. O enfrentamento à mudança do clima e a defesa do desenvolvimento e da justiça social devem ser considerados como elemento estruturante da agenda de luta pelo socialismo e anti-imperialista, uma vez que o caminho para aprofundar as conquistas democráticas exige preparação para um contexto de emergência climática.

Os espaços de governança global, controlados pelos monopólios, hipocritamente emulam o enfrentamento da crise climática, enquanto ela se aprofunda. Esse cenário piorou com o atual governo estadunidense negacionista. Ele se retirou dos mínimos acordos entre países para controlar as emissões de carbono e de investimento público em pesquisa científica para o desenvolvimento de novas tecnologias e de processos

produtivos. A escolha é clara: ou se avança para uma sociedade que harmonize desenvolvimento, justiça social e equilíbrio com a natureza, ou a degradação ambiental irá se agravar, com efeitos destrutivos ao planeta, penalizando em especial os países periféricos e os subdesenvolvidos, bem como os/as trabalhadores/as dessas nações. Um polo de países, do qual o Brasil faz parte, persiste em empreender esforços para salvaguardar os compromissos de enfrentamento às mudanças climáticas. A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, que será realizada em Belém, Pará, em novembro deste ano, sob a presidência brasileira, será mais um capítulo do confronto entre concepções antagônicas. Nela, o Brasil terá a oportunidade de reafirmar suas posições em defesa de medidas mais ousadas para o combate às mudanças climáticas, dentro do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. E, também, reafirmar a soberania do país sobre a Amazônia brasileira e garantir recursos para contribuir com a sua proteção.

Financeirização: estoque de derivativos supera PIB global

A financeirização é a característica do capitalismo contemporâneo. Domina a realização da riqueza, na lógica da acumulação, resultado dos mecanismos de desenvolvimento do capitalismo.

As políticas neoliberais, com a desregulamentação, a liberalização dos fluxos de capitais internacionalmente e a austeridade fiscal como instrumento de elevado superávit primário destinado ao pagamento de juros da dívida pública, favoreceram a predominância financeira no processo de acumulação do capital. A produção e o investimento produtivo, na era do capital financeiro, são cada vez mais orientados pela lógica da valorização financeira. As grandes empresas não-financeiras estão sob a lógica de máxima remuneração de acionistas, o que prejudica o investimento produtivo para turbinar dividendos e a recompra de ações e pagamentos de juros. A financeirização amplia o endividamento de Estados, empresas e famílias, reforçando a dependência do sistema financeiro.

O capital fictício é constituído de ativos financeiros que representam direitos a ganhos futuros, não diretamente vinculados à produção. São fictícios porque seu valor é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação. Hoje, envolve a inovação de produtos financeiros em “papel” (na verdade eletrônicos) cada vez mais complexos, como derivativos, ativos titularizados e hipotecas (inclusive em moeda estrangeira), cada vez mais distanciados da produção de mercadorias físicas. O crescimento exponencial do estoque destes ativos supera o produto mundial. Esse deslocamento da valorização de ativos financeiros da geração real de riqueza cria bolhas, instabilidade e crises. Necessário destacar que advém do neoliberalismo um verdadeiro “espectro” de crises financeiras cada vez mais recorrentes e severas (3).

Transformações relevantes nas forças produtivas

O mundo contemporâneo registra transformações significativas nas forças produtivas. Os avanços da denominada Quarta Revolução Industrial, ou da indústria 4.0 (inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia e outras inovações) – cuja razão interna é o aumento da produtividade social do trabalho em escala crescente –, suscitaram a introdução dos métodos industriais na agricultura e nos serviços, promovendo transformações no mundo do trabalho.

A era digital e seus processos disruptivos impulsionaram uma reorganização da produção e circulação de mercadorias e das relações de trabalho em torno da economia de dados, através das plataformas sociodigitais controladas e operadas por grandes corporações, as chamadas *big techs*. Elas se caracterizam por modelos de negócios baseados na extração, no processamento e na comercialização de dados produzidos através da interação dos clientes (indivíduos e empresas). Essas empresas (Google, Meta, Amazon, Airbnb, entre outras) oligopolistas concentram grande poder econômico e capacidade de manipulação ideológica.

A crescente importância de ativos intangíveis (marcas, software, dados e tecnologias patenteadas) nas cadeias de suprimentos globais tende a ampliar ainda mais a lacuna entre os países capitalistas desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Em 2023, o investimento em ativos intangíveis cresceu três vezes mais rápido do que os ativos físicos, atingindo US\$ 6,9 trilhões, de acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) de 2024. Além disso, 70% das empresas multinacionais que prestam serviços internacionais estão sediadas em economias do capitalismo central (4).

Ao contrário das teses de um suposto novo capitalismo, o capitalismo da era da financeirização global continua fundado nas suas leis imanentes decisivas de sua dinâmica: a concentração e centralização do capital e a concorrência monopolista, de acordo com as descobertas de Karl Marx. Mais do que nunca, o que se reitera e se comprova é o avanço tentacular das formas de valorização do capital fictício a penetrar em todos os espaços de realização da riqueza.

A financeirização e as transformações tecnológicas, sob o controle dos monopólios, não podem deixar de expressar as contradições estruturais entre produção social e apropriação privada, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. As transformações provocadas pela denominada Quarta Revolução Industrial, ou da indústria 4.0, potencialmente com o aumento da produtividade social, permitiriam a diminuição das jornadas de trabalho, melhorando a vida dos/as trabalhadores/as. No entanto, estes avanços chocam-se com as relações de produção, que concentram e centralizam os ganhos do capital e a riqueza, aprofundam os mecanismos de expropriação da força de trabalho, aumentam a exploração de mais-valia, impedindo a sua generalização em benefício dos povos; ou são incorporados seletivamente, liquidando/precarizando milhões de empregos e dezenas de profissões, criando uma massa de excluídos/as da atividade laboral. A reestruturação produtiva tem mudado

profundamente as características da classe trabalhadora e suas frações. Atinge também estratos de outras classes sociais. Neste processo, o racismo, as desigualdades de gênero e a xenofobia são retroalimentados como forma de dividir e aprofundar, ainda mais, a exploração e a precarização da força de trabalho.

Desenvolvimento desigual e o declínio dos Estados Unidos e a ascensão da China

A dinâmica de acumulação do capitalismo levou a um acelerado deslocamento territorial/nacional do *locus* do dinamismo produtivo, com enfraquecimento relativo do poder dos Estados Unidos, da Europa e do Japão. Comandam essa dinâmica os monopólios, a crescente financeirização dos circuitos de acumulação nos países centrais, ampliada pela globalização neoliberal, e a multiplicação de investimentos produtivos em regiões da periferia e semiperiferia do capitalismo, em busca de ampliação das taxas de lucro com a formação de cadeias globais de valor. Fenômeno esse teorizado por Vladimir Lênin no início do século passado: a tendência estrutural à perda de dinamismo econômico e de poder relativo dos países capitalistas centrais, em função do predomínio de mecanismos de acumulação rentista, associados ao capital financeiro, e da ascensão de novos polos mais dinâmicos em países de desenvolvimento capitalista tardio no próprio centro ou na periferia do sistema. Isso se comprova pelos exemplos do dinamismo da China e do Vietnã, com desenvolvimento socialista, e da Índia, na esfera do capitalismo.

O efeito estrutural desta dinâmica é o encolhimento da indústria nos Estados Unidos e a realocação da sua base industrial. Em consequência, a sua produção industrial caiu de 20% da produção global, em 1980, para aproximadamente 17% em 2023, enquanto a China atingiu 30%. A participação do emprego na indústria representava, em 2024, apenas 8%, demonstrando, junto com os déficits comerciais crônicos, que em 2023 atingiu US\$ 1,2 trilhão, fortes indicadores de desindustrialização. O período 2010-2019 registrou o menor crescimento da produtividade por hora trabalhada desde 1950.

O BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com a admissão dos novos membros – Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã –, chegou a compor 39% do PIB mundial e 49% da população mundial, a partir de dados de 2023, segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Com recursos naturais estratégicos (petróleo, terras raras etc.), produção agrícola, tecnológica e militar, o BRICS ganha relevância. Um conjunto de iniciativas tem lhe dado consistência crescente. O grupo estuda medidas para criar um sistema financeiro independente da rede SWIFT, dominada pelo Ocidente. O Banco do BRICS, formalmente conhecido como Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em inglês *New Development Bank*), instituição financeira multilateral, tem adotado incentivo ao comércio em moedas locais, impulsionando a desdolarização; e a cooperação tecnológica e energética, que impulsiona a transição à multipolaridade. O BRICS criou também o Acordo de Reservas de Contingência (CRA), operado por bancos centrais dos países do grupo, por meio de

acordos multilaterais, para auxiliar membros em crises cambiais, reduzindo a dependência destes ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os mercados emergentes do G20 representam agora 40% do PIB global, em termos de Paridade do Poder de Compra (PPA), e cerca de um terço do comércio mundial. Há, ademais, uma clara decadência econômica do Japão e das potências imperialistas da Europa em relação às principais economias do Sul Global.

A China socialista é, de longe, a primeira economia do mundo, segundo o PIB por Paridade do Poder de Compra (US\$ 33 trilhões em 2023), e a segunda por PIB nominal (US\$ 17,7 trilhões), com participação no PIB global de 19% e de 18%, respectivamente. A China também é o maior exportador e o segundo maior importador do mundo. Com Investimento Externo Direto (IED), acumula US\$ 2,5 trilhões em investimentos no exterior – dados de 2023 –, por meio da Iniciativa Cinturão e Rota. Mais de 150 países foram contemplados com projetos de infraestrutura, no valor de US\$ 1 trilhão, desde 2013. A China está na liderança em setores estratégicos como 5G, baterias e veículos elétricos, Inteligência Artificial. É uma potência industrial de alta tecnologia e inovação. Conta também com as maiores reservas internacionais (US\$ 3,1 trilhões). O país tirou 740 milhões de pessoas da pobreza entre 1978 e 2018, um dos maiores feitos da humanidade. E recoloca, objetivamente, o socialismo como protagonista na construção da nova ordem mundial, apresentando aos povos uma iniciativa de governança global pela paz, o desenvolvimento e a cooperação.

Trump e a tentativa de reversão do declínio dos Estados Unidos

A segunda vitória de Donald Trump, com maioria na Câmara e no Senado e apoio das *big techs*, deu-se com sua promessa de fazer a “América” grande novamente com medidas de guerras de tarifas, promessa de ocupação territorial de outros países, perseguição e deportação de imigrantes – uma tentativa de reposicionar os Estados Unidos no contexto global de “novos” centros de poder econômico e militar. Tenta responder à perda de posição da sua economia, como contestações ao dólar como moeda padrão de reserva internacional, os crescentes e históricos déficits gêmeos – fiscal e comercial –, a deterioração de sua infraestrutura, a desindustrialização, as crescentes desigualdades e os problemas sociais. Tenta realizar imediatas e profundas mudanças no funcionamento do Estado e na geopolítica do poder global. A estratégia é vencer seu rival, a China, nos âmbitos econômico, financeiro, militar e comercial. Age para recriar uma “guerra fria”, agora entre o imperialismo estadunidense e o socialismo chinês, construindo uma narrativa propícia ao isolamento da China socialista e preparando futuros conflitos.

O receituário de recuperação da posição estadunidense passa pela reforma do sistema de comércio global, para promover a reversão do quadro de desindustrialização; preservar o dólar como moeda de reserva internacional e forçar a sua desvalorização para favorecer a produção interna; e reconfigurar as zonas de influências geopolíticas. Orientando todas essas medidas estão os objetivos ditos de segurança nacional.

Trump busca coesionar a sociedade frente à crise social e à perda de protagonismo, responsabilizando os/as imigrantes pelas chagas sociais via deportações em massa. E, falsamente, caracterizando o império estadunidense como vítima de relações desiguais. Para a execução do seu plano de hegemonia na política interna, Trump busca consolidar o comando sobre o complexo industrial-militar, atraindo as *big techs* à ação de Estado. Autoritário por essência, ataca o funcionamento das instituições (Poder Judiciário, universidades etc.), os direitos constitucionais e a liberdade de imprensa. E isso resulta em crescente acúmulo de contradições, divisões, descontentamento e insegurança na sociedade estadunidense.

A guerra tarifária, a chantagem econômica e política, as agressões militares ao Irã, o respaldo total ao genocídio do povo palestino, a guerra de procuração na Ucrânia, e as ameaças contra a Venezuela – partes do rol de ataques do governo Trump contra os países e os povos – provocam instabilidade econômica e política, ameaçando retração no comércio e desaceleração na economia global. De conjunto, essas agressões desmascaram o imperialismo e robustecem os fatores que levam à perda do poder do dólar como moeda internacional de reserva, empurram os EUA ao isolamento e, além disso, fomentam o fortalecimento de novos centros de poder, como se observou na articulação entre China, Índia e Rússia na Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai. As iniciativas de Trump, principalmente a enxurrada de tarifas, têm provocado mais instabilidade, ameaçando retração no comércio, desaceleração na economia global e aumento inflacionário. Esse quadro acirra as contradições interimperialistas e do imperialismo estadunidense com as nações.

Big techs: poderoso sistema digital ideológico do imperialismo

A realidade das economias capitalistas tem gerado crescente desespero e desesperança em amplos segmentos sociais. Os setores dominantes do capital financeiro, com o controle das redes digitais pelas *big techs*, direcionam este descontentamento para alimentar crise de valores civilizacionais, de relativismos negacionistas, de obscurantismo, de rejeição às orientações científicas. Promovem o que chamam de “guerra cultural” para impor suas visões estereotipadas. Ao desviarem a insatisfação em relação às causas reais, fazem crescer uma onda política antissistema, antidemocrática, de extrema-direita, xenófoba, de cunho fascista. Usam essas tecnologias para intervencionismo e para realizar as chamadas “guerras híbridas”.

O domínio dos ambientes digitais – redes sociais, games e outras ferramentas – exerce controle, vigilância e curadoria dos fluxos de comunicação (informações de todas as naturezas, notícias, entretenimento etc.) e passou a ser determinante nas novas configurações econômicas e geopolíticas do capitalismo.

Ao dominarem o fluxo informacional na sociedade, passaram também a deter enorme poder político e ideológico, intimamente associado ao Estado imperialista estadunidense. Suas ferramentas de controle e direcionamento de mensagens, explorando ressentimentos e frustrações de boa parte da população mundial – cujas expectativas materiais e espirituais de vida foram destruídas pelo neoliberalismo –,

estão fomentando a fragmentação social, exacerbando manifestações de ódio por razões religiosas, raciais e de gênero, que têm servido à ascensão da direita fascista, principalmente no mundo ocidental.

Muitos países têm procurado impor limites à atuação das plataformas com legislações nacionais, mas as *big techs* resistem, inclusive com boicotes. Agora ganharam um poderoso aliado: o governo Trump. Já está claro que nos próximos anos os Estados Unidos atuarão para impedir qualquer esforço regulatório de outros países e de defesa de suas soberanias.

B- Tendências e contratendências na transição da ordem internacional

Nova realidade multipolar toma forma

Em um mundo em transição, a força do processo de multipolarização se efetiva de modo intenso e célere. O declínio da hegemonia estadunidense e a emergência de novos polos de poder econômico-financeiro, tecnológico, político-diplomático, cultural e militar – que já ganhara velocidade pelos efeitos da crise econômico-financeira iniciada em 2007-2008 e pelas consequências da pandemia – atingem, agora, um novo e decisivo patamar. Uma nova realidade mundial multipolar começa a tomar forma, com predominância de poucos polos principais, notadamente Estados Unidos, China, Rússia e União Europeia. Criam-se condições propícias para articulações estratégicas internacionais, fora do circuito imperialista, para a realização de projetos nacionais autônomos apoiados em cadeias regionais de produção.

China enfrenta ofensiva dos Estados Unidos e amplia influência global

As transições de hegemonia na história não transcorreram de forma pacífica. As guerras imperialistas capitaneadas pelos Estados Unidos marcaram a última década do século passado e prosseguiram no século XXI. Há possibilidades de novas guerras e confrontações, partindo sobretudo dos Estados Unidos e seus aliados europeus. Com táticas variadas, os Estados Unidos tentam há tempos conter ou reverter o seu declínio relativo, em contraface à ascensão crescente e consistente da China que amplia sua influência global.

A aliança estratégica entre Estados Unidos e Europa, firmada nos anos 1940 e expressa na aliança militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), denominada de Aliança Atlântica, atravessa uma profunda crise, a partir da posse de Trump, quando países europeus passaram a ser tratados como meros subordinados. Mais do que isso: vassalos, inclusive com ameaça de tomada de território, como é o caso da Groenlândia. O cerco imposto à Rússia, desde 1999, com a expansão da Otan para o Leste, com o patrocínio dos Estados Unidos, foi o fator que provocou o conflito que depois transformou-se numa guerra de grandes proporções entre a Otan e a Rússia, a guerra na Ucrânia, na qual a Rússia impõe derrotas à Otan. O objetivo é debilitar o poder nacional da Rússia. Os países europeus membros dessa organização sustentam a continuidade da guerra, acrescentando mais um ingrediente de risco à paz e à segurança mundial. Em estagnação econômica, a Europa, insegura com seu histórico aliado da América do

Norte, busca rearmar-se com o pretexto de enfrentar a Rússia. De conjunto, a nova postura estadunidense tende a acirrar as contradições interimperialistas com as potências da Europa.

Os países do Sul Global, entendido como denominação geopolítica que agrupa países capitalistas dependentes e Estados que constroem o socialismo, resistem aos ditames imperialistas e se articulam em prol de seu desenvolvimento soberano. A aliança dos países imperialistas integrantes do G7 enfrenta a resistência, principalmente de dois polos: a China socialista e a Rússia, que reafirmaram e intensificaram uma aliança estratégica, nos últimos anos, com papel mundial objetivamente anti-imperialista. Esses dois países têm liderado uma articulação global, que busca maior autonomia para projetos nacionais e vêm operando a ampliação e o fortalecimento do BRICS e de outros espaços de concertação, como a Organização de Cooperação de Xangai.

A ascensão de novos polos mais dinâmicos no sistema, com destaque para a China, vem rompendo gradativamente o monopólio da tecnologia e da inovação, contestando o domínio dos Estados Unidos. Daí a importância estratégica de alianças que contribuam para romper a dependência tecnológica. Neste contexto, os Estados Unidos definiram a China como inimigo estratégico central e têm como objetivo neutralizar ou reverter sua aliança com a Rússia. E eles também têm o objetivo de refrear o poderio militar russo. A meta é isolar e conter a China.

Neofascismo na Europa e nas Américas. Trump retrata declínio dos Estados Unidos

O governo Trump, em seu segundo mandato, busca reverter o declínio dos Estados Unidos pela via do extremismo de direita e do neofascismo, adotando políticas chauvinistas, protecionistas e medidas de guerra comercial para tentar recuperar a produção industrial.

A política externa desse governo reconhece as dificuldades dos Estados Unidos em continuar exercendo supremacia em escala global. Diante disto, atua para redefinir e reorganizar suas áreas de influência nas quais espera concentrar a sua dominação hegemônica, esvaziando os órgãos multilaterais e agindo unilateralmente para impor sua política. Tais áreas abarcariam, concentradamente, as Américas e a Europa.

Na região da Ásia Ocidental, mais conhecida como Oriente Médio, os países imperialistas, em especial os Estados Unidos, apoiam e financiam a política colonialista, expansionista e de terrorismo do Estado de Israel, que pratica o genocídio do povo palestino, a ocupação ilegal de assentamentos na Cisjordânia e a limpeza étnica de Gaza. As agressões militares de Israel contra Síria, Líbano, Irã, Iêmen e Catar, que chegaram à derrubada do governo sírio, agravaram a situação na região. O hediondo genocídio do povo palestino tem gerado crescente indignação dos povos do mundo. A imensa maioria do povo brasileiro quer o fim imediato desse genocídio, a paz e a criação do Estado da Palestina, soberano e independente, no âmbito da solução de dois Estados. Diante dessa barbárie, os/as comunistas defendem o rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o governo neofascista de Benjamin Netanyahu

de Israel, enquanto não cessarem os crimes de lesa-humanidade contra os palestinos. O cessar-fogo foi uma conquista da resistência do povo palestino e do movimento de solidariedade internacional, que levou a política de ocupação de Israel a um inédito isolamento político. O chamado plano de paz de Donald Trump, que diz pretender encerrar o conflito, não garante o fim da ocupação e tampouco a criação do Estado palestino. Pretende, na verdade, transformar Gaza em um protetorado internacional dos Estados Unidos e de seus aliados europeus.

Aumenta a importância geopolítica da África, onde há uma intensificação de conflitos locais e de alcance global, com destaque para a guerra civil no Sudão e os conflitos no Leste da República Popular do Congo. Marrocos mantém a ocupação ilegal do Saara Ocidental, que luta por soberania e independência, e conta com ativa e crescente solidariedade internacionalista, sendo apoiado pela União Africana. Ainda que de forma desigual, países africanos crescem economicamente e alguns passam a fazer parte do BRICS, ao lado da África do Sul, como membros plenos (caso do Egito e da Etiópia), ou como parceiros (caso da Nigéria), e dos países da Aliança dos Estados do Sahel. Em Burkina Faso, Mali e Níger, foram formados novos governos com orientação patriótica e de rompimento com o neocolonialismo francês.

O ascenso do neofascismo e da extrema-direita no mundo tem por epicentro os Estados Unidos e deriva da grande crise e de impasses do capitalismo, além do desgaste e esvaziamento da democracia liberal resultantes das políticas neoliberais. É a resposta da oligarquia financeira imperialista para tentar bloquear os projetos nacionais alternativos, além de ser elemento de ataque às forças comunistas e revolucionárias nos países capitalistas; principalmente na Europa e nas Américas, tidas como área de influência do imperialismo estadunidense. A luta contra o neofascismo e a extrema-direita se apresenta dura e tende a ser prolongada. É uma luta pela paz, anti-imperialista, democrática e civilizatória.

América Latina e Caribe sob disputa de rumos

Na América Latina e Caribe, desde o final dos anos 1990, há uma luta renhida para afirmar os governos de esquerda e progressistas na região. Após uma primeira onda de ascensão de lutas populares, de fortalecimento de partidos de esquerda e progressistas e de vitórias eleitorais, seguiu-se uma contraofensiva das direitas locais e do imperialismo estadunidense. E muitos processos nacionais foram revertidos, inclusive com golpes. Uma nova onda de lutas populares e vitórias eleitorais recentes do campo de esquerda e progressista – com destaque para México, Brasil, Colômbia, Chile e Uruguai – reafirmou o caminho das transformações que os povos latino-americanos exigem. Há fenômenos novos na região, como o crescimento do neofascismo e da extrema-direita, a exemplo do que ocorre no Brasil, em El Salvador e na Argentina. Javier Milei, servil a Trump, rebaixa seu país ao papel de ponta de lança dos Estados Unidos na região. Os escândalos de corrupção em seu governo somam-se à degradação das condições sociais causada por “ajustes fiscais” draconianos, e abrem campo para fortalecer a resistência das forças democráticas, como ficou demonstrado na eleição provincial de Buenos

Aires. O governo Trump recrudescer ações e ameaças contra a soberania nacional dos países, pois trata a região como se fora seu “quintal”. Já anunciou a ocupação do Canal do Panamá. Além de impor taxações a México, Venezuela e Brasil. Desde julho de 2025, o governo Trump tem intensificado seus ataques à América do Sul. No caso do Brasil, foi imposto um “tarifaço” de 50% sobre produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos, com a intenção de atingir setores estratégicos da economia nacional. Tentou, com essa medida, subordinar o Brasil aos interesses de Washington ao exigir interferência no Judiciário pelo julgamento dos responsáveis pela trama golpista. Essa ofensiva, um forte ataque à soberania brasileira, somada ao apoio aberto de Trump à extrema-direita brasileira, expressa o caráter neocolonial da política estadunidense, que tenta enfraquecer o projeto de desenvolvimento autônomo do Brasil e condicioná-lo a alinhamentos submissos. No caso da Venezuela, a agressividade imperialista assumiu contornos ainda mais graves. Além das sanções e do bloqueio econômico ampliados desde julho de 2025, Washington impôs a presença de suas forças militares do Comando Sul no Mar do Caribe, numa clara ameaça de cerco e intervenção contra o governo bolivariano. Essa agressão se agrava com a revelação de que o presidente dos Estados Unidos autorizou a CIA a empreender ações destinadas a derrubar o presidente legitimamente eleito do país. As manobras militares, combinadas com uma campanha diplomática de isolamento, configuram ataques diretos à autodeterminação do povo venezuelano e representam um risco para toda a região. A ingerência externa deve ser denunciada como forte ataque à soberania dos países sul-americanos não alinhados a Trump. É preciso enfrentá-la com firmeza, reforçar a integração regional e a solidariedade continental. De outra parte, as relações comerciais e de investimentos em infraestrutura da região com a China aumentaram com a Iniciativa do Cinturão e Rota. A ofensiva estadunidense contra a Revolução Cubana recrudescer e o bloqueio é ampliado, gerando uma situação de maiores sofrimentos ao povo. A agenda da integração regional e de seus organismos retrocedeu e hoje encontra-se praticamente paralisada. Há descoordenação político-diplomática entre os países da região, mesmo entre os governos de esquerda e progressistas.

A política externa proativa do Brasil

Nesse contexto internacional instável, o Brasil tem o desafio de afirmar a sua inserção soberana, abandonada no período do governo de Jair Bolsonaro. No terceiro mandato do presidente Lula, uma política externa proativa é retomada pela diplomacia presidencial, em temas como a reformulação de conteúdo democrático da governança global a partir da Organização das Nações Unidas (ONU) e das demais instituições multilaterais mais democráticas e representativas, como o combate às desigualdades sociais, à pobreza e à fome no mundo –, tema presente na presidência brasileira do G20 – e a questão ambiental, com a realização da COP30 no Brasil. Lula foi firme na proposta de paz para a guerra na Ucrânia, sem ceder à pressão europeia para tentar isolar a Rússia, e denunciou com veemência o genocídio do povo palestino. Houve avanços importantes na cooperação bilateral com vários países, destacadamente a China. No entanto, neste terceiro mandato de Lula o contexto internacional e a correlação de forças internas são

mais desfavoráveis. Mesmo tendo realizado uma importante cúpula de presidentes da América do Sul, o governo brasileiro teve muitas limitações na promoção da integração sul-americana e latino-americana. A diplomacia brasileira afastou-se da Venezuela bolivariana, inclusive, erroneamente opondo-se à sua participação no BRICS. O Brasil é chamado, diante da nova ofensiva do imperialismo estadunidense, a ser mais proativo e dar novo impulso para a integração regional e seus organismos, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e a dar maior prioridade ao BRICS e à sua ampliação na América Latina e no Caribe.

Pela paz contra a guerra, pela democracia contra o neofascismo

As jornadas pela paz contra as guerras imperialistas, pela democracia contra o neofascismo, pela solidariedade aos povos e por relações diplomáticas e de cooperação, que resultem em prosperidade para os povos e países e contribuam para a redução das desigualdades, a denúncia e o combate ao imperialismo e suas ações guerreiras, são uma necessidade e um dever internacionalista. Destaca-se como tarefa de primeira ordem a solidariedade a Cuba que enfrenta o criminoso bloqueio econômico, comercial e financeiro. O combate, e a denúncia, à política de genocídio e expulsão do povo palestino dos seus territórios, promovida pelo governo colonialista, de extrema-direita, de Benjamin Netanyahu, com apoio total do imperialismo estadunidense, em associação com grandes grupos capitalistas. É imperativo fortalecer a solidariedade ao heroico povo palestino, barrar imediatamente a política de extermínio e criar as condições para um Estado palestino soberano e independente, no âmbito da solução de dois Estados. Solidariedade aos povos brutalmente agredidos na região da Ásia Ocidental (Oriente Médio), e da África, em especial do Sudão.

Na resistência, os comunistas formam alianças, lutam por alternativas

A situação de defensiva estratégica das forças comunistas e revolucionárias, que afetou a luta dos povos como um todo, teve como marco o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991. Desde então, ocorreram mudanças importantes: o agravamento da crise do capitalismo e da globalização imperialista; a multipolaridade, que toma forma; os êxitos do socialismo na China e em outros países; a resistência crescente dos povos; um elenco novo de vitórias de forças progressistas na América Latina; a luta contra a exploração de classe e de gênero; e as jornadas contra o racismo e da LGBTfobia. No cômputo geral, afere-se que as forças comunistas e revolucionárias ainda enfrentam um período de defensiva estratégica, todavia em um estágio positivamente distinto daquele de três décadas atrás.

Os partidos comunistas que estão fora do poder empreendem uma dura travessia e um árduo processo de acumulação de forças. Encontram-se em meio a uma permanente instabilidade, caracterizada por avanços e recuos das forças de esquerda e progressistas. Os momentos de vitória são seguidos, muitas vezes, de períodos de derrotas e retrocessos, como bem demonstra, país a país, o balanço das lutas do século XXI. Os avanços se realizam pela janela que se abre de melhores condições criadas para projetos

nacionais autônomos. Cada nação, por si e por blocos de alianças e parcerias, é desafiada a desenvolver todas as suas potencialidades. Assim, as forças comunistas e revolucionárias, nos países do Sul Global, participam com amplas alianças da luta anti-imperialista, por projetos nacionais soberanos e democráticos, como caminho de acumulação de forças para a conquista do poder político e a transição ao socialismo.

Na concepção programática do PCdoB, isto se expressa pela síntese: *Fortalecer a nação, lutar pelo socialismo*. Nos países do centro capitalista, as forças revolucionárias empreendem a defesa da paz, da democracia, dos direitos dos/as trabalhadores/as e contra a subjugação das nações.

O socialismo é a alternativa viável e necessária

O socialismo retoma prestígio. Amadureceu enquanto teoria e realização objetiva. Responde crescentemente aos anseios da humanidade, atualmente perplexa por um cenário mundial cinzento, crivado por iniquidades. Sua maior expressão é a República Popular da China. Mas não só. O Vietnã, um dos países que mais cresceram na última década, tem procurado avançar suas forças produtivas e promove significativa elevação da qualidade de vida do povo. Cuba, sob duras condições do cerco imperialista, resiste. No Laos, a transição ao socialismo avança com o desenvolvimento econômico e social do país. A República Popular Democrática da Coreia, sob bloqueio econômico e sob ameaça permanente de guerra, defende a sua soberania. O socialismo ergue-se como a alternativa superior ao capitalismo, sistema esgotado historicamente, promotor de guerras e conflitos, de opressão dos povos e dos/as trabalhadores/as, exploração predatória da natureza, que não realiza o potencial das nações e que perpetua e agrava a exploração de classe e gênero, bem como a exploração baseada no racismo e na xenofobia, as desigualdades econômicas e sociais. O socialismo no século XXI é cada vez mais associado ao desenvolvimento econômico e social sustentável. E à vanguarda da inovação tecnológica e da produtividade, com formas novas de planificação. Em linha ascendente, o socialismo se apresenta, aos olhos de significativas parcelas da população mundial, como sinônimo de avanço das forças produtivas, associado à expansão de direitos sociais e trabalhistas, à defesa da humanidade, contra a barbárie e as discriminações, à erradicação da miséria e da fome, à proteção da natureza, da qualidade de vida e do bem-estar do povo. A China lidera, pelo exemplo, um novo tipo de relações entre os países, em plano global, baseado na paz mundial e na cooperação multilateral para um futuro compartilhado da humanidade. Com parcerias e projetos de integração econômica e de infraestrutura, entre projetos nacionais soberanos, o protagonismo chinês avança ocupando o espaço deixado pela crise do capitalismo.

Impõe-se intensificar, com formas e instrumentos variados, nas categorias de elaboração teórica, luta de ideias e ação política, a disseminação do socialismo enquanto perspectiva e alternativa necessária e viável.

II – Situação nacional

O Brasil é desafiado a enfrentar e vencer dois grandes desafios

Da análise da trajetória dos últimos 60 anos, dos impasses do tempo presente, o país se depara, na atualidade, com duas grandes tarefas: conquistar uma nova vitória da nação e da classe trabalhadora em 2026 e realizar mudanças estruturais para impulsionar o desenvolvimento soberano como caminho para o socialismo. Tais tarefas possuem desafios e objetivos que se entrelaçam e se entrecruzam no curso da luta política, embora tenham natureza e dinâmica distintas. A primeira é de ordem tática e a segunda de conteúdo estratégico.

A- Objetivo tático: por uma nova vitória da nação e da classe trabalhadora em 2026

O Brasil, como em outros momentos cruciais da história, está diante de dois caminhos antagônicos: o da afirmação da soberania nacional, que lhe permitirá concluir a reconstrução nacional e abrir espaço para um novo ciclo de desenvolvimento soberano, preservando e ampliando a democracia, melhorando fortemente a vida do povo; ou o retorno da extrema-direita e da direita, com um programa de traição nacional, de regressão neoliberal e neocolonial, sob uma ordem autoritária, com degradação social e cultural crescente. As eleições de 2026, portanto, não serão apenas mais uma batalha do calendário eleitoral. Terão uma dimensão tático-estratégica decisiva, para o presente e o futuro imediato do país, com impactos nos rumos da América Latina e nas disputas geopolíticas. Será uma batalha aberta contra o pacto firmado entre o imperialismo estadunidense e a extrema-direita entreguista e setores políticos a ela atrelados.

Atacado, Brasil ergue-se altivo em defesa da soberania nacional

A sucessão presidencial se anuncia acirrada e adquiriu qualidade nova desde o início de uma sequência de ataques ao Brasil, resultantes de um conluio entre o governo Donald Trump e a extrema-direita, tendo à frente o clã Bolsonaro e, também, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Estão sendo alvejadas a economia nacional, as instituições do país, em especial o STF, atingindo, a um só tempo, a soberania nacional e a democracia brasileira. Todavia, essas agressões resultaram em fracasso, posto que o objetivo mais visível e imediato não foi alcançado, pois Bolsonaro e demais comparsas do comando golpista foram condenados. E, também, em vez de afastar o Brasil do BRICS, aumentou os laços do país com esse bloco, do qual recebeu solidariedade e apoio. O governo do Brasil, liderado pelo presidente Lula, com a contribuição relevante do vice-presidente, Geraldo Alckmin, colocou-se à frente da construção de uma ampla aliança em defesa da soberania nacional e das instituições do país, em especial do STF, rechaçando, com coragem política, firmeza e sagacidade, as investidas do imperialismo estadunidense e da extrema-direita. Fixou-se a diretriz, resolutamente aplicada, de que a soberania e a democracia são inegociáveis. O *Plano Brasil Soberano* instituiu uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para apoiar empresas atingidas pelo tarifaço e preservar os empregos. Setores democráticos e patrióticos do Congresso Nacional tomaram posição em sintonia com o Executivo. Respalado por amplas forças, o STF, mesmo duramente atacado, cumpre seu papel de guardião da Constituição Federal. E, numa linha

crescente, nas redes sociais e nas ruas, o povo, os/as trabalhadores/as, e seus movimentos, além de diversas camadas da sociedade e o mundo da cultura, saíram em defesa do Brasil, da democracia. O ponto alto, até aqui, foram as grandes manifestações populares. A extrema-direita e a direita, em especial o bolsonarismo, desmascaram-se por inteiro, revelando-se o que sempre foram: traidores da pátria, serviçais do governo Trump. E a bandeira do Brasil, que fora sequestrada, voltou às mãos dos verdadeiros patriotas. Todavia, a luta prossegue. O governo Trump seguirá, em orquestração com o consórcio da direita e extrema-direita, com as *big techs* e outras armas, interferindo abertamente na sucessão presidencial. Em decorrência dessa realidade, está se cristalizando, simbolicamente, o confronto entre dois campos: o Brasil *versus* os traidores da pátria. A disputa presidencial, portanto, será dura, difícil e tende a se realizar sob relativo equilíbrio de forças entre os campos políticos que se digladiam. Mas é plenamente possível construir, com amplitude e correção de equívocos, as condições a uma nova vitória do povo em 2026.

Diante desse cenário de intensa luta de classes e de pressões do imperialismo estadunidense, o objetivo tático é construir, em 2026, um novo triunfo da aliança liderada pelo presidente Lula. Para isso, o PCdoB sublinha a tarefa de se construir uma larga frente em defesa de quatro bandeiras: soberania nacional, democracia, desenvolvimento e valorização do trabalho. Desde já, é preciso edificar a mais ampla aliança política, social, econômica, cultural, abarcando centro, centro-direita e esquerda, sob o impulso da unidade e mobilização do povo. Na dinâmica dessa jornada, é preciso combater e isolar a extrema-direita e a direita. O papel de liderança da esquerda, indispensável para que a aliança tenha uma condução política consequente, requer superar a sua dispersão. Na construção dessa frente, não deve haver conduta hegemônica. A costura dessa aliança ampla e o grau maior ou menor de sua realização, dependerão, fundamentalmente, do êxito do governo e de sua base política em reunir forças para defender a soberania nacional, proteger e ampliar a democracia, promover o desenvolvimento e a defesa da economia brasileira, garantir melhores salários, mais direitos, vida digna ao povo. Combinar a mensagem de esperança com bandeiras imediatas e concretas para a maioria do povo.

Por sua vez, setores das classes dominantes, com seus monopólios econômicos e financeiros e a mídia corporativa, atuam para desgastar o governo Lula e, ao mesmo tempo, trabalham para criar as condições para tentar levar o condomínio da extrema-direita e da direita de volta ao Palácio do Planalto. O neofascismo e segmentos a ele associados estão à frente do governo de oito estados, têm força no parlamento e no eleitorado. Portanto, não se deve subestimá-los. Todavia, passam por reveses e desgastes. Ao tramarem e atuarem contra o Brasil junto com Trump, aos olhos do povo ficaram nus, revelando-se falsos patriotas. Ao apoiarem a PEC da blindagem, escancaram a conduta por privilégios e a busca por impunidade para seus crimes, escudo extensivo às lideranças das milícias e das facções criminosas. Ao bloquearem ou desvirtuarem, no Congresso Nacional, a agenda que interessa ao povo e ao país, perdem força eleitoral e social. Bolsonaro, inelegível, condenado em prisão domiciliar e prestes

a ter que cumprir a pena que lhe impôs o STF, mantém uma candidatura de fachada, o que gera incerteza e potencial divisão nesse campo político. Busca manter sua base social e política perfilada e mobilizada com o objetivo de tentar preservar o seu já questionado papel de líder da oposição. Utiliza-se dessa candidatura, também, para manter as mobilizações pela sua própria anistia. O governador Tarcísio de Freitas, uma das opções do consórcio da direita e extrema-direita, sofreu avarias ao respaldar os ataques dos Estados Unidos ao Brasil e assacar contra o STF. Além disso, enfrenta resistências da família Bolsonaro. Há setores da direita que, por interesses objetivos, são refratários aos ataques dos Estados Unidos, notadamente as tarifas. É preciso explorar essas e outras contradições no campo adversário. O governo de Trump atua, em conexão com o bolsonarismo, para ter no Brasil um governo subserviente. O deputado Eduardo Bolsonaro, hoje morando nos Estados Unidos e tramando contra o Brasil, escancara bem esse propósito. Por crime de lesa-pátria, precisa ter seu mandato cassado e, também, ser processado e julgado pelo STF. Esse fato, agregado a outros tantos, retrata a essência de traição nacional do bloco da direita e extrema-direita brasileiras.

Bolsonaro e toda a cúpula criminosa do golpe são condenados

Um julgamento de grande relevância para a defesa democracia acirra a luta política no país e impacta os cenários da disputa presidencial de 2026. Bolsonaro, militares de alta patente e civis foram julgados e condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por diversos crimes relacionados a golpe de Estado. Uma vitória da democracia. Sob cumprimento do devido processo legal, o julgamento se desenvolveu pelo exame de um robusto conjunto de provas, contido na acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR) que, cabalmente, demonstrou Bolsonaro à frente de uma organização criminosa, que tramou e executou um plano para impor um regime autoritário-ditatorial. O elenco comprobatório abarca cópias de documentos e, entre eles, a “minuta do golpe” e “o punhal verde e amarelo” que contêm o plano de sequestro e assassinato do presidente Lula, do vice-presidente Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes. O veredito proclamado realiza o que a consciência democrática exige: a punição exemplar dos golpistas. A impunidade, ou sentença que se assemelhe a isso, seria premiar o golpismo. Todavia, o cumprimento das penas dos condenados somente começa após ter se concluído o trânsito em julgado. E as pressões do governo Trump, da extrema-direita e da direita contra o STF prosseguem. A extrema-direita, relativamente isolada, insiste com a anistia a Bolsonaro. É indispensável derrotar essa nova trama golpista e assegurar que os condenados paguem por seus crimes na cadeia. Além disso, integrantes de outras esferas da organização criminosa ainda serão julgados. O movimento do campo democrático e popular – e mesmo além dele – que vem respaldando o STF, repelindo as chantagens e sublinhando a legalidade e a necessidade de punição exemplar, precisa manter-se em alerta e em ação.

Balanço do governo Lula

Fatores adversos. O governo Lula, no transcorrer de seu terceiro ano de mandato, fruto de esforços, soma importantes êxitos na realização do programa de reconstrução

nacional. A avaliação do desempenho do governo não pode abstrair pesados condicionantes, entre eles o fato de ser um governo de minoria parlamentar, com um Congresso Nacional sob a hegemonia do conservadorismo, com uma numerosa bancada da extrema-direita; o forte poder da oligarquia financeira, que se robusteceu com a nefasta “independência” do Banco Central (BC); o pesado ataque do governo Trump; e a sociedade fraturada, sob influência da política e dos valores da extrema-direita. A estes agregam-se os pesados condicionantes externos já analisados.

A onerosa herança do período da direita e extrema-direita. A oposição e setores da mídia tentam apagar a onerosa herança do período de governos da direita e da extrema-direita, liderados por Michel Temer e Jair Bolsonaro, quando o fracassado receituário neoliberal e a subserviência neocolonial foram radicalmente aplicados, deixando um rastro de aviltamento da soberania nacional, destruição econômica e tragédia social. Mas essa verdade precisa ser avivada na consciência do povo (5).

As realizações e conquistas do governo. Dessa situação de terra arrasada, o governo Lula empreende uma transição regida pela missão de reconstruir o país. A começar pela defesa da democracia e o respeito à Constituição Federal, cujo marco é o 8 de janeiro, quando o governo, apoiado num movimento de frente ampla, derrotou uma tentativa de golpe. Decorrente da retomada do papel impulsionador do Estado, a economia voltou a crescer, com o Produto Interno Bruto se elevando, em 2023, na ordem de 3,2% e, em 2024, de 3,4%. Em 2024, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) executou R\$ 711 bilhões em investimentos, mais da metade (53,7%) do total de R\$ 1,3 trilhão previsto até o final de 2026. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por sua vez, em 2024 disponibilizou R\$ 276,5 bilhões em crédito para a economia brasileira. A Petrobras, nesse mesmo ano, investiu R\$ 91 bilhões, maior valor desde 2015. Destaca-se o programa Nova Indústria Brasil (NIB), que intenta desenvolver uma indústria inovadora, a reindustrialização do país em novas bases tecnológicas. A indústria de transformação foi um dos setores que mais contribuiu com o crescimento do PIB em 2024. E a ciência, a tecnologia e a inovação passam por avanço notável, a partir da recomposição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). São cerca R\$ 16 bilhões para investimentos em projetos estruturantes em ciência, tecnologia e inovação. Avança a transição ecológica, com a criação de políticas e iniciativas para o desenvolvimento sustentável. O saldo da balança comercial alcançou resultados expressivos, com exportações em níveis inéditos e superávits históricos. Contribuíram para esses índices, além da retomada dos investimentos em infraestrutura, a expansão do mercado de trabalho (menor índice de desemprego da série histórica), o fortalecimento das políticas de inclusão social e o aumento do consumo das famílias, advindo da geração de empregos com carteira assinada, além do crescimento da renda média dos/as trabalhadores/as. Foi sancionada a lei do salário igual entre homens e mulheres na mesma função, e, também, a lei que institui a Política Nacional de Cuidados. Houve a implementação da Lei Aldir Blanc de fomento cultural, a retomada do fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e de instituições importantes como o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN)

e da Funarte. Feitos que têm o PCdoB como agente destacado no Congresso Nacional. Novos programas sociais, como *Desenrola* e *Pé-de-meia*, somaram-se aos antigos que foram reconstituídos e ampliados. A proposta de reforma do Imposto de Renda (IR) amplia a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e concede desconto parcial para quem recebe acima desse patamar até o limite de R\$ 7.350 por mês. Noventa por cento dos/as brasileiros/as que pagam imposto (cerca de 90 milhões) estarão na faixa da isenção total ou parcial e 65% dos/as declarantes (mais de 26 milhões) serão totalmente isentos. O mesmo projeto propõe tributar os rendimentos acima de R\$ 600 mil ao ano e que não contribuem atualmente com alíquota efetiva de até 10%. Tal como já destacado, o país se movimenta no tormentoso cenário internacional, sob a diretriz de uma política externa proativa, de defesa dos interesses nacionais. Um dos resultados é o aumento da sinergia entre o Brasil e a China, que elevou, em 2024, a Parceria Estratégica Global estabelecida em 2012 para o *status* de Futuro Compartilhado. Foram assinados trinta e sete acordos de cooperação, importantes para o desenvolvimento nacional.

Contudo, por conta das mudanças nas formas de trabalho, na desregulação provocada pelas reformas trabalhistas e pelo agravamento da concentração da estrutura produtiva do país, em setores de menor produtividade, o impacto das realizações do governo, do crescimento do PIB, nos diferentes estratos da classe trabalhadora, é proporcionalmente menor. Ou seja, os benefícios do crescimento econômico para os/as trabalhadores/as, na atualidade, são menores do que na primeira década dos anos 2000. Isso se reflete no elevado patamar de empregos informais, mesmo com o crescimento econômico observado. Em 2024, a taxa de desemprego atingiu o nível mais baixo desde 2012 (6,6%), mas a taxa de informalidade também alcançou o maior patamar no mesmo período (31,8%). Outra evidência da piora dos padrões do mercado de trabalho, na última década, é a geração de empregos proporcionalmente maior nas ocupações de baixa remuneração, ou seja, os benefícios de crescimento da renda atingem proporcionalmente menos os/as trabalhadores/as de nível médio e técnico, impactando negativamente a identificação desses segmentos com a agenda econômica do governo e o campo progressista. Outro fator é a inflação de alimentos, que tem impacto negativo na maioria da população, provocando frustração e revolta. É indispensável que o governo adote mais medidas concretas para conter a inflação neste setor, elemento gerador de desgaste e instabilidade, entre elas a retomada dos estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O papel estratégico do MCTI ao desenvolvimento soberano

Luciana Santos, presidenta do PCdoB, está à frente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), liderando uma equipe de alto nível técnico, científico e político, desde o início do governo Lula. As realizações do MCTI têm sido enaltecidas por todos os setores aos quais se destinam os programas da pasta. O MCTI tem desempenhado papel central na estratégia de desenvolvimento, como motor impulsionador e com ações integradas à política industrial, à agenda climática, à transição energética e à transformação digital. Desde 2023, por decisão do presidente Lula e forte atuação da gestão do MCTI, foram desbloqueados recursos do Fundo

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), operados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa federal vinculada ao MCTI, resultando em um aumento de seis vezes nos investimentos em ciência, tecnologia e inovação, com foco nos desafios nacionais. O valor das bolsas de mestrado e doutorado foi reajustado em 40%, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) recebeu mais de R\$ 2,6 bilhões. Grandes projetos estruturantes, como o Sirius, o laboratório de contenção biológica NB4 e o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), além do Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, por meio do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e o sistema de satélites *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS) – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres –, foram incorporados pela primeira vez ao Novo PAC, com investimentos que ultrapassam R\$ 7 bilhões até 2026.

O MCTI tem forte presença na Nova Indústria Brasil, colaborando com o segundo maior crescimento da indústria nos últimos dez anos. Na fronteira da inovação, destacam-se o Programa Conecta, que amplia a conectividade de universidades e centros de pesquisa, e a retomada do Centro Nacional de Tecnologia Avançada (Ceitec), que se reposiciona para produzir semicondutores estratégicos. O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) prevê R\$ 23 bilhões até 2028, com ações como o desenvolvimento de supercomputadores e modelos de linguagem em português. A partir dos investimentos do PBIA, o supercomputador Santos Dumont, do Laboratório Nacional de Ciências da Computação (LNCC), antes entre os 500 mais rápidos do mundo (Top 500), passou a figurar entre os Top 100. Na formação e capacitação, programas como *Hackers do bem*, *Residência em TICs* e *Bolsa Futuro Digital* promovem a qualificação de milhares de jovens em áreas tecnológicas.

A realização exitosa, em 2024, da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), com ampla participação social, engajamento dos setores estratégicos vinculados ao tema, resultou em contribuições efetivas de políticas para o setor. A política de popularização da ciência foi fortalecida com investimentos para centros e museus, e ações como o *Programa Mais Ciência na Escola*. No plano internacional, o MCTI mantém uma agenda intensa de cooperação com países como China, Argentina e Alemanha, liderando iniciativas no BRICS e na COP30. A equidade de gênero – uma pauta importante, dado que pela primeira vez em sua história o MCTI tem uma mulher como ministra – é promovida por meio de editais, bolsas e programas como *Futuras cientistas* e *Mulheres inovadoras*. O combate às assimetrias regionais, outro aspecto importante, mobiliza mais de R\$ 3 bilhões em editais voltados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2025, quando o MCTI completa 40 anos, com uma programação intensa que seguirá até março de 2026, o Ministério reafirma seu papel de indutor do desenvolvimento nacional, comprometido com a ciência como caminho para um Brasil soberano, justo, digital e sustentável.

As contradições, os equívocos e insuficiências do governo. As condicionalidades adversas incidem sobre um governo de composição ampla, cujo fator de unidade é a defesa da democracia, estendendo-se às políticas de inclusão social, mas com posições

conflitantes nas demais esferas, sobretudo da economia, onde há forte influência do receituário neoliberal. Nos âmbitos do governo e de sua base parlamentar e social, refletindo as contradições da aliança, há posições que vão da complacência ao apoio às políticas de cunho neoliberal. O PCdoB atua pelo desenvolvimento e os direitos do povo e, ao mesmo tempo, opõe-se às concepções de teor neoliberal. O arcabouço fiscal foi o resultado possível, pela correlação de forças, para que o país ficasse livre da famigerada emenda do teto de gastos. Mas, objetivamente, tal como se previa, tão logo se tenha correlação de forças favorável, impõe-se um novo conteúdo de referencial fiscal, posto que o atual é um entrave ao desenvolvimento do país. Sob forte chantagem da oligarquia financeira, o governo se viu emparedado e aprovou, no Congresso Nacional, um pacote de corte de gastos que reduziu investimentos em direitos sociais e trabalhistas, inclusive fazendo alterações negativas na correção do salário-mínimo e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segue como erro grave a meta de déficit fiscal zero, que soa como uma sinfonia ao rentismo, mas danoso à expansão da economia e dos direitos. Igualmente, foi um erro a fixação da meta de 3% ao ano para a inflação, em 2024, para o período iniciado em janeiro de 2025, decisão que favorece as pressões por juros altos. A dispersão das forças progressistas tem impactado negativamente, sobretudo pela força do conservadorismo no Congresso Nacional. A ausência de um núcleo político no governo que reflita a amplitude da frente fragiliza as ações e os projetos centrais e dificulta o êxito da gestão. Tal fato denota centralização excessiva, subestimação dos desafios e dificulta a unidade da aliança e suas ações, bem como a disputa política ideológica junto à população.

Mais desenvolvimento, mais direitos

Mesmo com as realizações e conquistas alcançadas, pelos fatores analisados, o corrosivo bombardeio da grande mídia, combinado às ações da guerra cultural da extrema-direita, impactou negativamente na aprovação do governo. De agora até 2026, impõe-se uma tarefa decisiva: atuar para que o governo proporcione conquistas ainda maiores e apresente uma perspectiva de prosperidade aos/às trabalhadores/as e ao país. Essa perspectiva já começa a se tornar realidade. A política de justiça tributária, alcunhada de “BBB” – isto é, taxar bancos, bilionários e *bets* e ao mesmo tempo batalhar pelo fim de mais R\$ 800 bilhões de subsídios a grandes empresas, com o objetivo de proporcionar direitos e financiar o desenvolvimento –, despertou largo apoio social. A corajosa e elevada conduta em defesa do Brasil em face das agressões de uma potência estrangeira, acompanhada de políticas concretas para proteger a economia nacional e as instituições, vem conquistando amplo apoio e respaldo, catalisando a mobilização do povo. Os desgastes da extrema-direita e de seus aliados no Congresso Nacional abrem a possibilidade de que seja aprovado um elenco de projetos de interesses do país e do povo, como o programa do SUS *Agora Tem Especialistas*, Isenção do Imposto de Renda, PEC da Segurança Pública, entre outros. De conjunto, tais condutas políticas e realizações têm conquistado apoio do povo, aumentando a aprovação do governo nas pesquisas de opinião.

É preciso combinar assertividade na construção de saídas, audácia na redefinição de caminhos, da política externa à costura de coesão nacional, passando por um estágio de maior enfrentamento em relação às imposições da oligarquia financeira, notadamente o combate à política de juros altos, com uma política econômica que tenha o desenvolvimento e a melhoria da vida do povo no posto de comando. Só em 2024, os juros nominais do setor público alcançaram R\$ 950,4 bilhões (8,5% do PIB), segundo o Banco Central, o que acarreta cortes dos investimentos públicos e queda do crescimento da economia, bem como cria entraves para a expansão dos direitos do povo. Faz-se indispensável, de imediato, romper, mesmo que parcialmente, as amarras do regime macroeconômico de teor neoliberal. Flexibilizar o regime de metas da inflação, utilizando um índice de preços sem itens voláteis – como alimentos e energia, que dependem de condições climáticas – como referência para se fixar a taxa básica de juros, a Selic, e retirar os gastos com Saúde e Educação do teto do arcabouço fiscal. Com base no alicerce construído, acelerar o crescimento econômico com o impulso do plano de investimentos da Petrobras e do papel do BNDES e demais bancos públicos. Acelerar o crescimento econômico, com mais produção, mais postos de trabalho, valorização do salário-mínimo e melhores salários e mais direitos. Incrementar projetos estratégicos, como a Nova Indústria Brasil. Reverter a desnacionalização e fortalecer a engenharia nacional. Desenvolver políticas e programas que busquem superar a dependência, em especial dos Estados Unidos, sobretudo em setores estratégicos. Dar passos adiante. Melhorar a vida das pessoas, na esfera da saúde, da educação, da moradia e da cultura, e erradicar a fome no Brasil. Constituir e implementar uma nova geração de políticas públicas que respondam a anseios emergentes de uma sociedade que passa por mudanças. Neste segundo semestre de 2025, emergem sinais positivos na economia: a taxa de desemprego em 5,6%, a menor da série histórica, com destaque para o crescimento do emprego formal, que já representa mais de 60% dos postos de trabalho criados; geração líquida de postos de trabalho em todas as regiões e em praticamente todos os setores da atividade econômica; o crescimento do rendimento médio real da população; a taxa de câmbio no atual momento abaixo de R\$5,40, o que resulta em menor pressão inflacionária. A trava ao crescimento que permanece é a taxa básica de juros, fixada, atualmente, em 15%. É necessário aumentar a pressão para que o Banco Central inicie imediatamente sua redução.

Entre esses anseios, cuja gravidade reclama respostas imediatas, destaca-se o direito da população à paz e à segurança pública. A sociedade como um todo, mas sobretudo o povo que reside nas periferias, favelas e comunidades, sofrem com roubos, estupros, violências de toda espécie, vitimando principalmente pobres, jovens e negros/as. Além dessas agressões dos criminosos, a população é alvejada por ações de setores da polícia que desprezam o valor da vida de pessoas inocentes e têm forte seletividade focada na população negra. É preciso batalhar pela adoção de políticas e leis que protejam as famílias vítimas dessa violência. O Estado deve ser responsabilizado por crimes praticados em operações policiais. As milícias e o crime organizado quebraram o monopólio da força, que, pela Constituição, deve ser exclusivo do Estado, e controlam territórios de metrópoles e regiões do interior. Infiltram-se em instâncias do poder

público. Valem-se dessa situação e impõem exploração, violência e chantagem sobre o povo. O PCdoB se empenhará para o aprimoramento e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública que procura responder a esses problemas e reforçará seu engajamento na aprovação de políticas públicas pelo direito do povo à paz e à segurança, e pelo firme combate às organizações criminosas que põem em risco a democracia.

O enfrentamento à pandemia de Covid-19 e a luta contínua pelo direito à saúde engajaram expressiva força social, elevaram a consciência do povo brasileiro em defesa da vida, do direito à saúde, em especial do Sistema Único de Saúde (SUS). Pesquisas de opinião recentes mostram a Saúde Pública como questão a ser tratada como prioridade pelo governo Lula. O PCdoB seguirá, por um lado, empenhado por maiores investimentos no sistema, gestão democrática e eficiente, exercida pelo poder público com participação popular, valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor e, por outro, por normas e limites para a saúde gerida por grupos privados, visando assegurar ao povo de modo crescente o direito constitucional à saúde pública universal, de qualidade. Os/as comunistas seguirão empenhados/as por mais investimentos no Complexo Econômico Industrial da Saúde, que já alcançam mais de R\$ 4 bilhões investidos na inovação e na internalização de tecnologia no setor, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) com execução pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), permitindo a ampliação do acesso aos/às usuários/as do SUS a medicamentos e produtos para a saúde que incorporam avanços tecnológicos e são atualmente de alto custo. Esse investimento é quase 20 vezes mais do período de 2019-2022. A saúde é vetor de desenvolvimento e soberania. E atuam combinando a defesa do SUS com a defesa da democracia e fortalecem ações, políticas e movimentos, entre eles, o Movimento Nacional Saúde pela Democracia + SUS + Brasil.

O PCdoB ressalta como indispensável ao desenvolvimento do país – sob a perspectiva estratégica do socialismo –, ao reforço da união do povo brasileiro e ao progresso social, combater e superar a entrelaçada exploração e opressão dos/das trabalhadores/das, das mulheres, dos/das negros e negras, as violências, o feminicídio e as discriminações de toda ordem contra as mulheres e a população LGBTQIA+. Com igual hierarquia, destaca a pauta antirracista e a jornada dos povos indígenas por suas terras, bem como os direitos das comunidades tradicionais, e por melhor qualidade de vida. Lutar pelos direitos, pela emancipação das mulheres, pelos direitos dos/das negros e negras e da população LGBTQIA+, na convicção dos/as comunistas, é parte destacada do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND). Destaca-se a importância do empenho pela aprovação da PEC que institui o Fundo Nacional da Igualdade Racial, relatada pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Sublinha-se, também, no importante tema da unidade do povo, a defesa da liberdade de crença e culto, contra as perseguições e discriminações de natureza religiosa e, ao mesmo tempo, repele a manipulação da religiosidade popular, hoje ostensivamente praticada pela extrema-direita. Acrescente-se a isso a defesa do Estado laico, conquista civilizatória consagrada na Constituição.

Uma política de desenvolvimento soberano para o Brasil precisa investir no potencial criativo e inovador do povo, fomentando suas múltiplas potencialidades para superar a dependência de valores, costumes e tecnologias externas. É tarefa estratégica afirmar a identidade do Brasil e sua cultura original e diversa. Valorizar a brasilidade, com suas características, uma política transversal abrangendo questões como economia, desenvolvimento, trabalho, renda, inovação tecnológica e educação, associada à disputa de valores na guerra comunicacional, além do estímulo às artes como expressão mais genuína e mais audaciosa do povo brasileiro. Preservar e valorizar o patrimônio histórico. Fortalecer políticas que apoiem e incentivem as manifestações culturais populares. Lutar por melhores condições de trabalho e reconhecimento dos direitos dos/as trabalhadores/as da cultura. E proporcionar aos/as trabalhadores/as mais acesso aos bens culturais. A cultura, em suas múltiplas dimensões, com participação crescente no PIB, deve ser compreendida como parte destacada do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND). Políticas nacionais, como a Cultura Viva e a Aldir Blanc, têm, na sua essência, a formulação e a marca do PCdoB. Devem ser defendidas e valorizadas, assim como as iniciativas culturais próprias, que dialogam de forma mais ampla com a sociedade. Nesse sentido, o *Festival Vermelho* é uma iniciativa que deve ser valorizada pelo Partido como instrumento importante para luta de ideias e o reforço de sua inserção no universo cultural do país. Mobilizar políticas públicas, investimentos e esforços para ampliar e fortalecer o setor criativo. Defender a cultura brasileira e lutar por sua afirmação e seu florescimento.

A Amazônia brasileira, que representa 59% do território nacional e aproximadamente 60% da Amazônia continental, desempenha um papel central para o presente e futuro da humanidade e o desenvolvimento soberano do Brasil. Trata-se da maior floresta tropical do planeta, com a maior biodiversidade, a maior reserva de água doce superficial do mundo e uma enorme variedade de recursos minerais. Por isto, é alvo permanente da cobiça das grandes potências imperialistas. A Amazônia Legal é habitada por cerca de 30 milhões de pessoas, com impressionante diversidade humana e cultural. O Brasil registra 305 povos e 274 línguas indígenas, além de comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros povos tradicionais, que desempenham papel essencial na conservação dos ecossistemas e na reprodução de saberes ancestrais. Inserem-se também os povos que habitam os ambientes costeiros marinhos e de águas interiores como parte integrante dessa luta coletiva. Todavia, em contraste com a riqueza do território, sua população enfrenta os piores indicadores sociais e econômicos do país, o que exige medidas urgentes para superar essa situação. Em meio à crise climática, a Amazônia assume um papel ainda mais relevante. Ela é um regulador climático fundamental, ajudando a estabilizar o regime de chuvas na América do Sul e a mitigar o aquecimento global. Portanto, sua proteção é de interesse comum da humanidade e parte destacada do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. É preciso desenvolvê-la, com soberania e planejamento, de modo sustentável, com inclusão social e conservação ambiental, participação popular, e com apoio na ciência, tecnologia e inovação, na sociobioeconomia. A concepção do desenvolvimento sustentável e a batalha para implementá-lo abarcam os demais biomas: Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa.

As terras indígenas somam cerca de 14% do território brasileiro e têm grande importância ambiental. São fundamentais para a preservação e conservação da biodiversidade e de recursos naturais, com reservas biológicas, minerais, hídricas e energéticas. Portanto, a garantia dos direitos dos povos indígenas tem grande importância para a proteção dos biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. É necessário batalhar pela demarcação e regularização fundiária e pela rejeição da inconstitucional tese do marco temporal, o monitoramento e a fiscalização das terras indígenas, a proteção de lideranças indígenas, a implementação de políticas públicas específicas, o fortalecimento da autodeterminação dos povos indígenas nos termos da Constituição, o fortalecimento e aperfeiçoamento da estrutura dos órgãos e instituições da administração pública responsáveis pela implementação das políticas, dos projetos e ações em defesa e proteção dos bens e das terras indígenas. Defesa do protocolo da consulta prévia informada da implementação de empreendimentos nas terras e comunidades indígenas. Na esfera orgânica do Partido, fortalecer a participação indígena, inclusive na composição dos comitês municipais e estaduais.

Elevar a luta ideológica a um novo patamar

Desde o primeiro ciclo dos governos progressistas, houve subestimação da necessária disputa da opinião pública. A defasagem do campo progressista na comunicação geral e digital, num contexto de grande assimetria de condições entre os campos, acumula-se desde 2013 e se agravou desde as eleições presidenciais de 2018. Hoje, as redes sociais estão sob a hegemonia da extrema-direita. Elon Musk (magnata do setor das *big techs*) afirmou que as eleições mais importantes no mundo, em 2026, serão as do Brasil, e que tudo fará para influir no resultado, derrotando Lula.

Desbravar avanços é uma tarefa que exige ações dos poderes públicos e da sociedade civil, dos partidos, dos movimentos, incluindo alianças internacionais para enfrentar a ofensiva das *big techs* e suas plataformas digitais, que não reconhecem fronteiras e nem a soberania dos países. Estruturalmente, o país necessita aplicar investimentos para dinamizar uma cadeia produtiva nacional, a começar das infraestruturas de telecomunicações (cabos, uso de radiofrequência, satélite de baixa órbita), bem como impulsionar o desenvolvimento de pesquisas e iniciativas para a criação de tecnologias soberanas, que busquem ser um ponto de partida para a redução da dependência das *big techs*. Para isso, é fundamental estreitar a cooperação internacional, principalmente no Sul Global.

O domínio dos instrumentos de comunicação sempre foi um elemento central para a disputa do poder político e ideológico. A cada salto tecnológico, a forma como a comunicação se arquiteta determina um novo padrão para estruturar a hegemonia das ideias das classes dominantes. Atualmente, o modelo de comunicação está estruturado, principalmente, em plataformas de propriedade de grandes monopólios de tecnologia e inovação, quase todos dos Estados Unidos. As *big techs*, com bilhões de usuários,

produzem e reproduzem diariamente conteúdos de forma dispersa. Há uma aparente e falsa liberdade, pois o bloqueio e a circulação dos seus conteúdos são regidos, direcionados, de forma automatizada por determinados tipos de algoritmos para servir a projetos e interesses políticos e econômicos das classes dominantes. Nesse ambiente, há uma polarização e desintegração do debate público em grupos, as chamadas bolhas. O conteúdo não é produzido para o debate amplo sobre temas de interesse público, mas para uma audiência específica, com o propósito de alimentar visões de mundo e manter articulado e engajado um grupo político. Criou-se uma situação propícia para a disseminação de notícias falsas, de discurso de ódio e de teorias da conspiração, amálgama para o crescimento e fortalecimento da extrema-direita e para minar as bases do Estado Democrático de Direito.

Nesse cenário, entra no centro da agenda política a luta pela regulação das *big techs* e a soberania digital, temas que contam com o protagonismo dos/as comunistas no Brasil. É essencial proteger crianças e adolescentes dos impactos nocivos de tais plataformas e assegurar um ambiente digital, plural e comprometido com o interesse público. Mas a tentativa de estabelecer regras para a atuação dessas plataformas esbarra no grande *lobby* dessas empresas, no Congresso Nacional, e na pressão que exercem sobre a própria sociedade. Além da regulação dos serviços, é estratégico avançar nas discussões sobre regulação econômica das *big techs*. Faz-se necessário, também, dotar o país de infraestrutura tecnológica apropriada.

O governo Lula e as forças progressistas precisam avançar no *front* da comunicação digital e na comunicação em geral e atuar com determinação na luta de ideias. Para atingir a vitória eleitoral em 2026, será indispensável combinar a luta política com a luta ideológica, tendo como base um plano de luta de ideias que desmascare as concepções negacionistas e reacionárias da extrema-direita e reafirme as ideias democráticas e progressistas. É imperativo disseminar, com nova qualidade, as realizações do governo, ideias e valores democráticos e patrióticos, que contribuirão para alargar a base social da Frente Ampla, inclusive neutralizando e atraindo contingentes até aqui sob o domínio do bolsonarismo. Exemplo positivo, neste sentido, é a campanha publicitária em defesa da soberania nacional e das realizações do governo em resposta ao tarifaço e a outras agressões. Empenhar-se por centros de criação de conteúdos e produtos que, em tempo real, respondam a demandas da guerra digital. Buscar articulações e ações unitárias do campo progressista na esfera da luta ideológica, notadamente nas redes, bem como prospectar a criação de uma plataforma digital que unifique e potencialize as forças democráticas e progressistas para enfrentar a guerra cultural da extrema-direita. Reforçar a circulação plural de ideias, apoiando a mídia alternativa. Na linha de enfrentamento à extrema-direita, destaca-se desmascarar sua pregação contra o “sistema”, vez que faz parte dele, e sua falácia da defesa da liberdade, posto que pretende implantar regimes autoritários ou ditatoriais. E o engodo de se dizerem “patriotas”, quando, na verdade, são entreguistas e serviçais do imperialismo.

Mobilização do povo, indispensável à reconstrução nacional

A luta pelo êxito do governo Lula nessa realização, com seu programa de reconstrução nacional, precisa ter como uma âncora essencial a mobilização social consciente, politizada e unitária. É o movimento para conquistar a maioria social. Nos últimos anos, no entanto, mesmo com as vitórias do campo progressista em cinco das seis últimas eleições presidenciais, o Brasil vive um ciclo de desalento e de pouca mobilização popular democrática e progressista. De todo modo, ressaltam-se as mobilizações contra o governo da extrema-direita quando houve uma sincronia das ações nas redes e nas ruas.

Para enfrentar essa situação, os quadros e militantes do Partido atuam em diferentes frentes: trabalhadores, juventude, estudantes, comunitário, mulheres, negros, defesa do meio ambiente, cultura, esporte, economia solidária, defesa dos direitos humanos, memória e justiça, articulações de advogados/as, engenheiros/as e outros/as profissionais de nível superior, movimentos religiosos, de defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Paralelamente, é importante destacar a importância da presença dos/as comunistas nos conselhos, fóruns e outros espaços de participação social, conquistados na Constituição de 1988, ou criados pelo governo federal e que contribuem tanto para a ampliação da democracia, a formulação de políticas públicas, quanto para o atendimento das demandas das frentes de massa. De conjunto, essas atuações articulam-se com outras áreas de acumulação de forças, como as lutas político-institucionais, lutas teórica e ideológica. Essas três frentes se reforçam mutuamente, mas a ação política de massas é essencial para melhorar a correlação de forças na atualidade.

Ao constatar o relativo refluxo desse último período, não se pode perder de vista que o movimento de massas nunca é linear. Tem altos e baixos. Há momentos de grandes mobilizações, como nas campanhas pelas *Diretas Já!* e pelo *Fora, Collor!*, e períodos de maior dificuldade.

A necessária retomada das mobilizações não virá por decreto. Precisa de um trabalho político e organizativo perseverante, trabalho de base continuado que reforce a ligação com as massas nas periferias e junto aos/às trabalhadores/as. Impulsionar lutas parciais e localizadas, realizando congressos e plenárias, até dar, a partir de gatilhos concretos, um salto de qualidade para atos de grande envergadura, conforme foram as grandes manifestações de 21 setembro, realizadas em dezenas de cidades, em repúdio à PEC de blindagem e à anistia aos golpistas.

Na atualidade, as entidades e os movimentos sociais que se organizam nas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, no Fórum das centrais sindicais e no movimento estudantil lançaram um movimento denominado *Plebiscito popular*, que objetiva alcançar dez milhões de pessoas. As palavras de ordem são redução da jornada de trabalho sem redução do salário, com o fim da escala 6x1, isenção de pagamento de Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais e taxaço dos super-ricos.

Esta campanha pelo plebiscito popular, combinada com o movimento pela condenação dos golpistas e da associação da extrema-direita com o governo de Trump, dos Estados Unidos, podem ser um importante catalizador da luta democrática e popular e contribuir

para alavancar a mobilização. Atuantes em múltiplas frentes e movimentos, os/as comunistas devem abraçar esta jornada de lutas com espírito de unidade e disposição de liderar a mobilização social, usando de instrumentos próprios de divulgação e organização.

Perspectiva de avanço: o desenvolvimento soberano

Alcançada uma nova vitória em 2026, tendo como alicerce o nível atingido da reconstrução nacional, serão criadas melhores condições para o país avançar. Neste contexto, poderá vicejar uma nova correlação de forças que coloque na ordem do dia o debate e os desafios do desenvolvimento soberano, alicerçado na democracia e direcionado a promover prosperidade e vida digna ao povo. Para que essa perspectiva desponte, o PCdoB se empenhará para constituir, no âmbito da aliança que disputará 2026 e na sociedade, o consenso possível, a convergência de um bloco de forças direcionado a formar maioria política, econômica, social e cultural em torno deste objetivo. Será necessário formar convicções que superem concepções rebaixadas de economia política, reféns do receituário neoliberal ou mescladas dele, que têm condenado o país a espasmos de crescimento, seguidos de gradações de estagnação, ou mesmo de recessão econômica. Tarefa que requer um processo de lutas de ideias, indispensável para forjar a nova maioria. O PCdoB, cujo *Programa* tem como fulcro a luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como caminho brasileiro para o socialismo, lutará, como se verá adiante, por mudanças e reformas estruturais sem as quais o país não avança.

Projeto Eleitoral PCdoB e a FE Brasil

O êxito do projeto eleitoral dos/as comunistas de 2026 reveste-se de grande importância para elevar a influência do PCdoB no curso da vida política, reforçar, na Câmara dos Deputados, a defesa dos direitos do povo, da democracia, da soberania nacional, da bandeira do socialismo. Os mandatos comunistas são instrumentos decisivos para construção e crescimento do Partido. O projeto eleitoral deve ser concebido pelos comitês estaduais, sob a direção do Comitê Central, pois se trata de um plano nacional. Fator-chave para o processo de revigoração da legenda comunista, o projeto deve ser estruturado e posto em movimento desde já. O objetivo central do projeto eleitoral é manter as atuais nove cadeiras na Câmara dos Deputados, batalhar para a conquista de mais cadeiras e aumentar o número de votos com lançamentos de candidaturas nos estados e no Distrito Federal. Em sinergia com essa meta central, o Partido batalhará para manter e ampliar suas bancadas e conquistar novas cadeiras nas assembleias legislativas. Também, sob a regência do objetivo central delineado, examinada a conveniência caso a caso, o Partido poderá apresentar candidaturas majoritárias. A jornada pelo êxito do projeto eleitoral do PCdoB se realizará em interação com o grande esforço do campo democrático popular e patriótico de eleger o maior número possível de governadores, senadores e deputados federais.

Os/As comunistas seguirão no trabalho para fortalecer e ampliar a Federação Brasil da Esperança (FE Brasil), ampliando-a e dinamizando suas instâncias. Ela tem potencial

para ir além do seu já relevante escopo de aliança eleitoral. O PCdoB atuará para que ela seja um fator de impulso da Frente Ampla, de aglutinação do campo progressista, de mobilização do povo, de atuação em sinergia com os movimentos e centrais sindicais e se constituir num polo de elaboração de um projeto de nação. Aplica-se, como em toda aliança, o princípio da unidade e luta, com ênfase na busca da construção de consensos, vincando a identidade do Partido e sua singularidade programática.

B- Realizar as mudanças estruturais, impulsionar o desenvolvimento soberano

O povo brasileiro, fruto de batalhas travadas e construções efetivadas ao longo de cinco séculos, ergueu um grande país. O Brasil, apesar de graves problemas que acumulou em sua trajetória histórica, tem condições para se tornar uma das nações mais prósperas e influentes e proporcionar ao povo a vida digna que tanto merece. Todavia, três ciclos regressivos, que eclodiram nos últimos 60 anos, mesmo que entremeados por conquistas e períodos de realizações, agravaram um conjunto de deformações e obstáculos que travam seu desenvolvimento e, além disso, fizeram com que ele retroagisse.

O primeiro ciclo regressivo, a ditadura militar (1964-1985), ceifou a democracia, dizimou as liberdades com sangue e tortura, aviltou a soberania nacional e liquidou as reformas de base que impulsionariam o desenvolvimento nacional. Aumentou a dependência, levou às alturas o endividamento externo, submeteu o país aos ditames do FMI e impôs com mão de ferro o arrocho salarial.

A resistência heroica, a jornada da frente ampla impulsionada por forte mobilização do povo, pôs abaixo a ditadura e legou uma conquista de alcance histórico: a Constituição de 1988.

O segundo ciclo regressivo corresponde à década de 1990, quando o país foi atado ao Consenso de Washington e entrou em processo de decadência. O neoliberalismo, alçado à condição de política de Estado, promove regressão em toda linha: desmonte do Estado nacional, privatização criminosa do patrimônio público, livre curso à financeirização, maior dependência, desnacionalização da economia e desindustrialização, corte fundo nos direitos do povo e dos/as trabalhadores/as, restrição democrática e mutilação da Constituição Federal.

Os governos Lula e Dilma (2003-2016), dos quais os/as comunistas fizeram parte, sustaram este declínio. O Brasil afirmou sua soberania, promoveu a integração regional, ampliou a democracia e voltou a crescer e proporcionou direitos ao povo, sem, contudo, realizar as reformas estruturais necessárias.

Um golpe de Estado deu início ao terceiro ciclo regressivo (2016-2022), de conteúdo neoliberal e neocolonial, cujo ápice é o governo neofascista de Bolsonaro, do qual o Brasil saiu em situação de terra arrasada, tamanha a destruição. Nesse período se impuseram, entre outras medidas, a autonomia do Banco Central e a Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos, que aprofundam o neoliberalismo como política de Estado.

Os obstáculos estruturais e o plano estratégico para removê-los

Sinteticamente, os obstáculos acumulados ao longo do processo histórico do país, agravados em decorrência dos três ciclos regressivos acima assinalados, são: a condição de país dependente, semiperiférico, sob forte imposição do imperialismo; a dominância do capital financeiro, do rentismo; o Estado a serviço da oligarquia financeira e enfraquecido enquanto alavanca do desenvolvimento nacional; a reprimarização da economia, a desindustrialização; a defasagem da inovação e tecnologia; crescente desvalorização do trabalho, com a precarização e a informalidade em expansão, corte de direitos previdenciários e trabalhistas, empregos de baixa remuneração; a enorme desigualdade social e regional, as tensões no seio do povo decorrentes da opressão e exploração de classe e gênero, exacerbação da misoginia, aumento do racismo, da LGBTfobia, da intolerância religiosa; a democracia, política e social, sob ameaça da extrema-direita e da oligarquia financeira.

Para que se remova progressivamente tais obstáculos, é inadiável conceber e pôr em ação um plano estratégico por mudanças estruturais. Estas é que podem tirar o país da condição de um gigante de pés atados às amarras do neoliberalismo e do neocolonialismo. Os/As comunistas irão empreender, a partir da convicção de que o central é o desenvolvimento soberano do país, um movimento político e de ideias no âmbito do arco político democrático, popular e patriótico, que resulte em suprir a grave falta de um projeto de nação norteador da tarefa de se superar os obstáculos estruturais, pois do contrário o país poderá sofrer graves retrocessos.

As reformas e rupturas para o país avançar têm sido bloqueadas pela força e a hegemonia da oligarquia financeira, da posição antinacional de grande parte das classes dominantes e das imposições do imperialismo. Somente um projeto abraçado por uma ampla aliança, com a crescente hegemonia das forças populares e patrióticas, será capaz de vencê-los. Daí o necessário trabalho de diálogo e de lutas de ideias para superar concepções que já se revelaram errôneas, entre elas visões fragmentárias que hostilizam o projeto de país e delineamentos possibilistas, ditos híbridos, que dão uma tintura social ao neoliberalismo. Os/As comunistas saem a campo para diálogos com amplas forças, que resultem em convergências na constituição deste grande empreendimento. Esta tarefa não se realizará à margem do governo Lula ou do objetivo tático de vencer as eleições em 2026, tampouco do novo governo que se instaure, em caso de vitória. Efetiva-se de modo simbiótico, sinérgico. A Nova Indústria Brasil, a jornada de razoável amplitude contra a política de juros altos, os projetos impulsionadores na esfera da ciência, tecnologia e inovação, para evidenciar três exemplos, contêm elementos e vetores de mudanças estruturais.

Reconstrução do Estado nacional

Questão nuclear, para as mudanças estruturais, é a reconstrução do Estado nacional, posto que sucessivas reformas e políticas neoliberais moldaram-no para servir aos interesses da oligarquia financeira. Essa institucionalização neoliberal do Estado deu não somente poder ao capital financeiro, ao rentismo, sobre a política econômica do

país, mas também enorme hegemonia ideológica, na medida em que sua “bula”, como o regime macroeconômico vigente, é apresentada inquestionável e imutável.

Reconstrução do Estado nacional significa dotá-lo de meios, instrumentos e capacidades para coordenar o sistema econômico nacional. É preciso retirar os poderes que a oligarquia financeira exerce, entre eles sobre o Banco Central, e fortalecer e liberar os instrumentos e alavancas, entre os quais as empresas estatais, para o Estado cumprir seu papel de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, defender a soberania nacional, promover a elevação crescente da valorização do trabalho e melhor qualidade de vida ao povo. A reconstrução do Estado nacional abarca, também, superar as fraturas expostas nas relações entre os poderes da República, resultando em disfuncionalidade, aguda disputa entre si e com outros órgãos, o que provoca instabilidade na governança, inxequibilidade, na prática, de planejamento e vulnerabilidade ao país. O Executivo teve, em afronta à Constituição, diminuído o seu poder político e sua capacidade de realização, uma vez que o Legislativo, sob maioria conservadora, usurpou parcela grande do orçamento. E o Poder Judiciário, sobretudo os tribunais superiores, vêm, há tempos, tomando decisões de impacto na dinâmica política. Desde o governo Bolsonaro, ao defender a Constituição Federal e o regime democrático, alvos de ataques e golpes, o Judiciário tem desempenhado, conjunturalmente, papel relevante.

Integrantes da cúpula das Forças Armadas, com ramificação a estratos intermediários, foram parte constituinte decisiva na tentativa de golpe de Estado, sob a chefia de Bolsonaro. O que exige políticas e ações que as façam atuar, tão-somente, enquanto instituições comprometidas com a ordem democrática e indispensáveis para defender a soberania nacional, fortalecendo seu poder dissuasório e robustecendo a capacidade de defesa nacional. Diante desse quadro, é imperativo realizar uma reforma que reorganize o Estado, dando-lhe força e conteúdo democrático, dê ampla liberdade ao povo e capacidade de imprimir uma marcha contínua do desenvolvimento soberano.

Além da reforma do Estado nacional, será necessário um conjunto de outras reformas: reforma política democrática, sistema financeiro, urbana, agrária, mídia, tributária progressiva, da educação, bem como o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da seguridade social, a transição ecológica, a superação das desigualdades regionais, a valorização do trabalho e a reindustrialização do país em novas bases tecnológicas. Tais reformas, enquanto conteúdo de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, constituem-se num meio de aproximação da necessária conquista do poder que instaure o novo Estado de democracia popular, destinado a empreender a transição do capitalismo ao socialismo. O PCdoB está elaborando um documento que contém subsídios à elaboração do elenco de reformas estruturais democráticas.

Mudanças estruturais e as contradições do capitalismo contemporâneo brasileiro

Enfrentar a dominância financeira. Por um processo histórico que vem de antes, mas ganhou maior velocidade a partir da década de 1990, mudanças no capitalismo brasileiro resultaram na dominância financeira sobre o conjunto da economia. O chamado tripé macroeconômico (meta de inflação, câmbio flutuante e superávit primário), de 1999, coroa o itinerário crescente da institucionalização dos interesses da

oligarquia financeira internacional e nacional. O golpe de 2016 aprofundou esse processo e, ao término do governo da extrema-direita em 2022, efetivou-se uma nova rodada de entronização das políticas neoliberais, a exemplo da aprovação da autonomia do Banco Central e da criação da emenda de teto de gastos. Desde então, a política monetária e fiscal tornou-se amplamente direcionada aos interesses e aos ganhos exorbitantes do capital financeiro. Esse nível de domínio sobre o Estado brasileiro é inédito, ainda que seja uma radicalização de tendências já presentes anteriormente.

Além dessas reformas, ocorreram outras que ampliaram o controle da oligarquia financeira sobre o Estado e as alavancas da economia brasileira. Este é o caso das reformas trabalhistas e da Previdência, que significaram uma ampliação da regulação privada das relações entre trabalhadores e empresários, em detrimento da regulação pública; da chamada nova lei das estatais, que retirou autonomia dos governos para colocar as empresas públicas em sintonia com os interesses de desenvolvimento do país; e da privatização de empresas estratégicas, como a Eletrobrás (que deve ser recuperada pelo Estado), e a desverticalização da Petrobras com a venda de refinarias e empresas do sistema Petrobras (processo que representou grave perda de soberania energética e deve ser revertido, com a recomposição do papel estratégico da estatal no desenvolvimento nacional). Uma consequência fundamental dessas e outras reformas institucionais é a contradição entre os compromissos programáticos dos governos progressistas e a capacidade de efetivá-los, levando-os a ter desgastes com as bases sociais que os elegeram.

Reverter a reprimarização e a desindustrialização. O quadro geral da economia brasileira é de ampliação do peso do setor primário, isto é, de reprimarização e desindustrialização. Isto vem do esgotamento do crescimento ocorrido a partir da década de 1980, que foi respondido com o avanço das políticas neoliberais. Estas, por sua vez, aprofundaram a inserção subordinada no país na economia mundial. Consequentemente, provocou alteração no processo de acumulação do capital interno do país, na dinâmica de desenvolvimento regional e na configuração das classes sociais e as suas contradições. O valor adicionado da agropecuária no país representava 24,3% do valor adicionado da indústria (extrativa + transformação) em 2002, mas passou a representar 29,6% em 2021. Se fosse excluída a indústria extrativa, o crescimento dessa proporção teria sido ainda maior, porque essa indústria extrativa teve um crescimento muito mais intenso que o da indústria de transformação. Em relação ao valor bruto de produção, a indústria extrativa representava 5,06% do total da indústria, em 2007, e passou a representar 10,47% em 2022.

Burguesia industrial. O setor produtivo industrial da burguesia, embora tenha perdido força em decorrência do forte processo de dependência, reprimarização e desindustrialização, preserva relevância na economia brasileira. É constituído por grandes grupos e expressivo número de pequenas e médias empresas. Tem peso econômico relativo e influência política, movimenta-se pelas entidades empresariais, tendo destaque, hoje, a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Tal influência tende a se elevar à medida que avança o processo de reindustrialização.

Burguesia comercial. Estudos apontam que o setor se robusteceu, posto que houve aumento expressivo da receita líquida de revenda. A preços de 2022, essa variável cresceu 166%, entre 2007 e 2022, para o comércio atacadista e 157% para o comércio varejista. Crescimentos bem acima do PIB no período, indicando um aumento da renda e do lucro apropriado pelas empresas dos setores, o que certamente deságua em maior peso político, como foi visto no período pós-golpe de 2016.

Base social do desenvolvimento soberano

Em que pese a força tanto da burguesia financeira quanto de setores pró-imperialistas das classes dominantes, há base social, política e econômica de larga dimensão que, liderada pelos/as trabalhadores/as, potencialmente tem força motriz e dirigente para levar avante este grande projeto. Tal base tem, fundamentalmente, como composição, os/as trabalhadores/as e o povo, com suas entidades, movimentos e partidos que, com o proletariado, cultivam vínculos e compromissos em aliança com setores da burguesia brasileira, notadamente da indústria, inclusive setores da agropecuária industrial, além de parcelas da pequena burguesia e das camadas médias e de parte de milhões de micros, pequenos e médios empresários.

Cabe aos/às trabalhadores/as – como já destacado, e o processo histórico de luta de classes do país demonstra – liderar essa aliança. Basta avaliar os últimos 35 anos para se verificar que o Brasil, quando teve à frente governos de coalizões protagonizadas pelo campo político dos/as trabalhadores/as e do povo, mesmo que de modo insuficiente, deu passos na direção do desenvolvimento. Já no período de governos capitaneados pela oligarquia financeira e pela burguesia que se apartou da nação e juntou-se aos espoliadores estrangeiros, o país sofreu grave retrocesso nacional e social. Como diz o *Programa Socialista do PCdoB*: “Ao final da década de 1980, os setores burgueses, em especial a burguesia industrial, tinham perdido força e já não eram mais capazes de liderar um projeto nacional de desenvolvimento”.

Por essa dimensão de liderança que o proletariado e o conjunto dos/as trabalhadores/as são chamados a desempenhar, impõe-se examinar as mudanças em andamento no perfil e da subjetividade da classe operária, dos/as trabalhadores/as em geral, em razão das mudanças operadas no capitalismo brasileiro (6).

O papel político da classe trabalhadora e o nível de suas lutas, na atualidade, requerem sublinhar a ofensiva contra o trabalho, empreendida após o golpe de 2016, abarcando acelerada desregulamentação do trabalho, o impacto da pandemia e a agenda ultraliberal sequiosa de promover o fim da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e do imposto sindical, a desconstituição do direito ao trabalho, e, conseqüentemente, o desmonte da legislação trabalhista, pesado ataque aos sindicatos e às centrais sindicais. Esse quadro pode se agravar se o STF mantiver a posição de suspender os processos judiciais que tramitam no TST sobre fraudes trabalhistas vinculadas à chamada pejetização, o que requer mobilização social e política para que não se concretize esse grave retrocesso. Houve, desde então, acentuada queda de trabalhadores/as sindicalizados/as. Fato com grande impacto na formação de consciência e no nível de organização para a defesa de

direitos. Desse contexto, de um lado, surgem novas profissões, de trabalhadoras/es altamente especializadas/os em setores de ponta da economia, com o incremento de mais mulheres e juventude nos processos de trabalho. De outro lado, no entanto, a maioria dos/as trabalhadores/as vive um processo de precarização e desregulamentação, com salários baixos, ampliação da jornada e retirada de direitos. Aliás, as greves e os movimentos entre trabalhadores “precarizados” já começaram. Cabe aos/às comunistas, organizá-los/as – e organizar seus movimentos – e politizá-los. As/Os comunistas que atuam no sindicalismo classista têm o papel de elevar o nível de consciência dos/as trabalhadores/as, a começar das lideranças, estendendo-se às bases, de que cabe à classe trabalhadora liderar um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Neste particular, o sindicalismo precisa se reatualizar e recuperar suas prerrogativas, com a revogação dos dispositivos regressivos da reforma trabalhista, repensar e atualizar suas formas de organização no esforço necessário para representar o conjunto da classe trabalhadora, com mais de 100 milhões de trabalhadores/as atualmente. Evidente que o PCdoB deve ter essa tarefa na ordem de primeira grandeza (7).

Todo empenho pelo êxito das duas tarefas centrais

As mudanças no mundo abrem uma nova exigência e oportunidade para definir os destinos da nação brasileira no rumo da autodeterminação e do desenvolvimento soberano. A crise do neoliberalismo, a multipolaridade e as contradições presentes, o avanço das articulações do Sul Global e a inserção soberana do Brasil, o paradigma ascendente do papel do Estado nacional para promover grandes mudanças estruturais exigem definição de um projeto nacional maduro, clareza estratégica sobre as opções a fazer, liderança para empolgar a maioria do povo e determinação em mobilizá-lo. O PCdoB conclama o conjunto da esquerda brasileira, as forças populares e patrióticas, para que, em unidade, esse bloco, enquanto polo estratégico unitário, ponha mãos à obra na elaboração e consecução de um plano estratégico por mudanças estruturais. A liderança do presidente Lula tem papel especial a desempenhar na galvanização dessa aliança. A vitória nas eleições de 2026 é determinante para criar melhores condições para essa jornada de cunho estratégico. O PCdoB concentrará suas energias na construção do êxito das duas tarefas centrais postas ao país.

III – Partido da resistência, da luta do povo e do socialismo

Reposicionar e revigorar o PCdoB para um novo ciclo de acumulação de forças

Para o 16º Congresso e a nova direção nacional estão colocados os desafios de reposicionar e revigorar o Partido para um novo ciclo de acumulação de forças e elevá-lo à condição de legenda influente no curso da luta política e social, inserção relevante no debate de ideias e na definição de rumos para o país. Tal missão deriva do lugar político, da identidade e do *Programa* do Partido. Ela deve acentuar, de forma mais nítida, a perspectiva estratégica de ruptura, de reformas estruturais e do caminho da

revolução brasileira. Com esse rumo estratégico, o PCdoB precisa ser um polo aglutinador das forças da esquerda e progressistas. Esse bloco político e social será capaz de fazer as grandes transformações de que o Brasil necessita, com amplitude e saudável radicalidade, com vistas a uma vida melhor ao povo brasileiro.

O PCdoB, que completou 103 anos e está próximo de alcançar 40 anos de legalidade, atua na vida do país de forma ininterrupta. O Partido atravessou o duro período da queda do socialismo no Leste Europeu e na URSS e proclamou, em seu 8º Congresso, em 1992: *O Socialismo vive!* Em 2009, no 12º Congresso, foi aprovado o *Programa Socialista*, que apontou o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como caminho brasileiro para o socialismo. O PCdoB integra a corrente teórica do marxismo-leninismo, a representação política da classe operária e do conjunto dos/as trabalhadores e trabalhadoras, a luta internacionalista em prol da paz e da soberania das nações e dos povos.

O PCdoB, o partido do socialismo, é revolucionário, proletário, patriótico, defensor intransigente dos direitos do povo, da soberania nacional e das liberdades democráticas. Integra a frente política que governou o Brasil de 2003 a 2016 e, na atualidade, faz parte do governo do presidente Lula, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e em outras funções. Em 2019, o PCdoB viu-se fortalecido com a integração do Partido Pátria Livre (PPL). O Partido é reconhecido e respeitado por sua política ampla, de unidade na defesa da nação e do povo brasileiro, por sua luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, dos direitos das mulheres, dos negros e negras, pela juventude e militância aguerridas.

Novas exigências se evidenciam para os/as comunistas, decorrentes do crescimento do neofascismo e das guerras culturais, das profundas transformações nas tecnologias de informação e comunicação, da crise climática e a transição energética, da pujança da China socialista. E, especialmente, dos impactos causados pelas extraordinárias mudanças no modo de produção capitalista e nas relações de trabalho, que afetam a situação objetiva e subjetiva dos/as trabalhadores/as, e sua própria consciência como classe explorada.

Em âmbito nacional, sobressai-se a questão de como superar os obstáculos que travam o caminho para um novo projeto de desenvolvimento soberano, inclusivo e sustentável, e como galvanizar o conjunto de forças interessadas nesta transformação, em particular das camadas populares e trabalhadoras, momentaneamente distanciadas das grandes mobilizações. Impõe-se ao PCdoB combinar, de forma adequada, a atuação institucional/eleitoral e a luta social com um trabalho elevado no embate das ideias – o desenvolvimento teórico, o confronto com o neoliberalismo e o neofascismo, o debate no âmbito da esquerda e a ampla difusão do pensamento dos comunistas – no bojo de ampla ação política.

Repelir concepções que atuam para rebaixar papel estratégico do Partido

Num contexto de prolongada defensiva imposta às forças progressistas e revolucionárias, surgem inúmeras concepções e fenômenos que atuam com o sentido de rebaixar, isolar ou derrotar o papel estratégico do Partido. O crescimento da extrema-direita vem embalado num discurso “antissistema”, explorando o desgaste da democracia liberal burguesa e a frustração com o modelo econômico excludente, e se apoia em brutal ofensiva ideológica por meio das guerras culturais, potencializadas nas plataformas digitais. Tendo o anticomunismo como ideia-força, volta-se contra os instrumentos de luta e organização do proletariado – os sindicatos e partidos que o representam. Embora atinja o conjunto das forças populares e democráticas, é inequívoco que o cerco político e ideológico ao comunismo continua central na estratégia imperialista.

No âmbito institucional, aplica-se um conjunto de regras restritivas, como a cláusula de barreira crescente e constantes alterações no processo das disputas eleitorais. O objetivo é restringir a representação popular e dos/as trabalhadores/as, a visibilidade e as possibilidades das legendas de esquerda. O espaço parlamentar e institucional que se abriu após a redemocratização vai se tornando mais disputado e menos acessível, quadro que se agravou com o aumento exorbitante das emendas parlamentares pelo expediente do chamado orçamento secreto.

Com o advento avassalador das redes sociais nos processos políticos, sobressai-se o estímulo ao desempenho individual das lideranças, subordinando projetos coletivos a segundo plano. Por vezes, lideranças forjadas pelo PCdoB criam em torno de si redes de apoio que não se conectam com o conjunto da ação partidária, emitem opiniões sobre assuntos candentes desconexas da orientação central, promovendo ambiente de dispersão e confusão de posicionamentos. É fundamental, portanto, que o Partido reforce a vinculação de suas lideranças às organizações de bases.

No campo da esquerda, desenvolvem-se concepções “movimentistas” que se contrapõem às análises e soluções totalizantes dos problemas gerados pelo capitalismo, como são a teoria marxista e o socialismo, e rejeitam a forma partido como instrumento superior da luta transformadora. Diante da impossibilidade de um projeto globalizante, restaria lutar por causas específicas por meio de inúmeras formas alternativas de organização para lutas diversas, em geral fragmentárias, autocentradas, com fins em si mesmas. Outra faceta que se apresenta é considerar que a militância comunista se dá, essencialmente, nos mandatos e espaços institucionais, na entidade ou no movimento de massa, e secundariamente no Partido. Criam-se, a partir disso, núcleos próprios de referência política e de ação. O Partido deve dirigir seus mandatos parlamentares, não o contrário.

As lutas pela emancipação das mulheres, contra o racismo, a LGBTfobia e outras formas de preconceitos e discriminações são essenciais e inseparáveis da jornada por um novo projeto nacional de desenvolvimento que, por sua vez, busca superar o capitalismo e construir a sociedade socialista. Muito distintas são as concepções liberais, identitárias, compreendidas como lutas pela defesa e reafirmação das

identidades, desconectadas da luta de classes, da questão nacional e do combate ao capitalismo, o que conduz ao isolamento, dispersão e, na prática, enfraquecimento destas lutas.

Em meio a estas concepções equivocadas, surge a pregação acerca da “superação” dos partidos e da negação do partido comunista como necessidade histórica. Ações de desgaste contra o PCdoB, a proposição aberta pelo fim do Partido, sua fusão com outros partidos ou a diluição em outras correntes tidas como “nova esquerda”, fazem parte da desorientação ideológica e/ou perda de perspectiva transformadora e revolucionária. Em decorrência da perda dessa perspectiva, houve desfiliações. Impõe-se empreender a luta ideológica, repelindo as concepções nocivas ao papel estratégico do Partido, reforçando as convicções do coletivo militante em torno do *Programa Socialista* do PCdoB.

A necessária aplicação dialética dos três vetores de acumulação de forças

Entre as orientações mais gerais já consolidadas para o desenvolvimento partidário, está a combinação dos três vetores de acumulação estratégica de forças: a luta institucional, a luta de ideias e a luta social. Considerando o papel importante da luta institucional na vida brasileira, é fundamental afirmar que um partido comunista extrai sua força política, influência e votos a partir de forte inserção nas lutas sociais e nos movimentos de massa, e da apresentação de bandeiras e propostas de superação dos problemas do país e do povo, alicerçadas em forte elaboração e difusão de ideias avançadas.

Com a redemocratização, o PCdoB dedicou, corretamente, especial atenção às disputas eleitorais, à ação parlamentar e à participação nas estruturas de governos progressistas. Nos parlamentos, ecoam as posições dos/as comunistas e cria-se uma trincheira para as diversas lutas em curso no país ou localmente. Apesar de ter se atrasado no lançamento de candidaturas ao Executivo, a participação na gestão pública, especialmente nas prefeituras, constitui a possibilidade de se desenvolver políticas públicas, relacionar-se diretamente com a população em atendimento a suas demandas, e ampliar o arco de relações com a sociedade. São, portanto, incontornáveis a presença e a disputa nessa frente, motivo pelo qual é preciso estar atentos à qualidade da participação institucional, na ação política e na construção do Partido.

As Federações, inovação democrática para a qual o PCdoB teve papel decisivo, hoje têm ampla repercussão prática entre os partidos com representação no Congresso Nacional. Aos partidos programáticos, como o PCdoB, a Federação é um instrumento decisivo para superar as restrições da legislação eleitoral, contribuindo para possibilitar a representação parlamentar dos/as comunistas. Duas campanhas eleitorais já foram realizadas sob vigência da Federação, apoiadas em criterioso uso e distribuição de recursos.

Entretanto, cabe observar que a realização de eleições a cada dois anos, as constantes mudanças de conteúdo restritivo nas regras eleitorais, o esforço político e material extremamente competitivo, tanto na campanha como na pré-campanha, são exigências que vêm impondo significativa concentração de energias e recursos partidários,

demandando construção permanente de consensos e coesão em torno dos projetos eleitorais. Este elevado grau de exigências, sem equacionamento adequado entre as frentes de acumulação de forças, provoca grave distorção, posto que as demais dimensões da luta e da vida do Partido são secundarizadas. O resultado é danoso: o Partido não expande, na envergadura necessária, a influência política, a base social e a dimensão orgânica. Ao mesmo tempo, descreve uma linha declinante de votos. A solução é planejar e realizar uma grande e vigorosa conscientização das direções partidárias e de toda a militância para que se efetive a necessária atuação dialética e harmoniosa nos três vetores de acumulação revolucionária de forças e na estruturação partidária.

Nas alianças políticas, o binômio *unidade e luta* deve ser considerado diligentemente. É necessária muita atenção com o crescimento e fortalecimento do Partido, da sua identidade e posições que invariavelmente guardam diferenças das posições dos governos dos quais participa. Os membros que assumem as designações partidárias não devem se afastar dos compromissos da construção política e material e nem se ausentar dos fóruns e organizações do Partido.

Permanência e renovação do *Revigoroamento partidário*

Os termos do *Revigoroamento partidário*, aprovados no 15º Congresso, partiram de uma análise autocrítica do desempenho e debilidades do Partido: votação declinante, baixa renovação e pouco dinamismo das frentes de luta sociais, distanciamento das bases de trabalhadores e populares, baixa potência na comunicação, fragilidade na organização de base, condição material precária e trabalho ideológico e de formação insuficientes. A reação e respostas a este chamamento foram positivas e crescentes, apesar da persistência de muitos desafios. As orientações traçadas permanecem atuais. Este deve ser um esforço contínuo e persistente, cujos resultados vão se apresentando nos médio e longo prazos.

Avanços já foram alcançados, como aumento de 25% no número de militantes participantes das conferências de 2023, ingresso de 14 mil novos/as filiados/as e campanha de filiação junto à juventude em 2025, concentração do trabalho partidário nas capitais e nos maiores centros urbanos, reforço das organizações de base, incremento da comunicação nas redes sociais, dinamização do trabalho de propaganda e formação, combinando ferramentas digitais com atividades presenciais.

Várias iniciativas se somaram no fortalecimento do Partido: a comemoração do centenário, as duas edições do *Festival Vermelho*, em Niterói e Salvador, a realização da 1ª Conferência Nacional de Combate ao Racismo, dos encontros de Organização anuais, do encontro de Partido e trabalhadores e trabalhadoras, do encontro de juventude e Partido.

A militância do Partido organizada nas frentes dos movimentos sociais atuou com êxitos na campanha para impedir a eleição de Bolsonaro, obteve vitórias nos Congressos estudantis, marcou presença e avançou no movimento nacional de saúde e nas diversas

conferências promovidas pelo governo Lula, com destaque para a de ciência, tecnologia e inovação. As e os comunistas são força atuante no movimento sindical, estudantil, feminista, na luta antirracista e no movimento LGBTQIA+, entre outros. Atuam na Frente Brasil Popular e no Fórum das centrais sindicais com espírito de fortalecer a unidade popular.

A sua bancada na Câmara dos Deputados teve intensa e profícua atividade, utilizando a tribuna para denunciar os descabimentos da extrema-direita, defender as realizações do governo Lula e apoiar ou ecoar as reivindicações populares. Reconhecimento especial teve a ação parlamentar dos deputados e deputadas comunistas na CPMI do 8 de janeiro, no Projeto de Lei (PL) que trata da regulação das plataformas digitais – conhecido como PL das *fake news* – e na coautoria da PEC do fim da escala 6x1. Os e as parlamentares do PCdoB presidiram a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, a Comissão de Defesa do Consumidor e o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados.

O *Revigoração partidário*, desse modo, deve ser mantido e estimulado, com mais ações planejadas, mais vigor e iniciativas, transitando das orientações genéricas para as orientações concretas, mais precisas, com ações mobilizadoras. Com isso, o Partido visa recuperar a mobilização social, retomar maior representação junto aos/as trabalhadores/as, travar a luta de ideias e de valores na sociedade, e estruturar-se com base em ampla rede de organizações de base, em torno de direções compactas e coesas.

Trabalhadores e juventude, forças estratégicas para a acumulação partidária

O Partido tem diante de si o desafio permanente e histórico de reforçar sua ligação orgânica com a classe trabalhadora que lhe deu origem. As condições em que a classe operária pode cumprir seu papel como sujeito histórico da transformação política da sociedade no Brasil se alteraram bastante. A reestruturação produtiva na era digital, a desconcentração da classe em grandes empresas, o crescimento exponencial do setor de serviços e as novas práticas de subcontratação, a precariedade (uberização) e a instabilidade do emprego contribuíram para fragmentar o movimento operário. Dentro desta força laboral fragmentada e diversa, torna-se mais difícil o surgimento de uma consciência de classe comum de lutas e solidária. Os ataques desfechados contra o trabalho e os/as trabalhadores/as durante o prolongado período de neoliberalismo, notadamente de 2016 para cá, voltaram-se contra os seus instrumentos de organização e resistência – os sindicatos e as centrais sindicais.

Reforçar a ligação com a classe trabalhadora no contexto da reestruturação produtiva

Em oposição às ideias liberais que apregoam o fim da centralidade do trabalho e a superação dos sindicatos como organização de defesa dos interesses de classe, os/as comunistas devem atuar para reposicionar a luta contra as novas formas de exploração capitalista, elevar a educação política e a consciência classista. É fundamental fortalecer

os sindicatos e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), dinamizando a atuação pela base e atualizando a política sindical.

A reconstituição de uma classe trabalhadora mais pujante, que pode produzir melhores condições subjetivas à luta pelo socialismo, passa pela reindustrialização no Brasil, em novas bases, tendo o desenvolvimento das forças produtivas como central ao planejamento do Estado em torno dos interesses da nação e do povo brasileiro. Assim, destaca-se a importância do Novo Projeto de Desenvolvimento Nacional.

A força de um sindicalismo classista reside no local de trabalho, onde a contradição capital-trabalho é mais direta. A experiência já tem demonstrado que o grau da força de um sindicalismo combativo é dado por sua organização no interior das empresas, reforçado também pela organização de base partidária. Dada a nova realidade do trabalho, sobretudo nas grandes cidades, deve-se ter um novo olhar para os bairros e comunidades nos quais se concentram os trabalhadores e trabalhadoras, onde eles/as enfrentam problemas comuns e carências de políticas públicas – no transporte, moradia, saúde, segurança etc. Ali estão presentes inúmeras formas de organização, resistência e solidariedade nas ações culturais e esportivas, das mulheres e dos jovens, da economia popular solidária.

Uma área em que o Partido tem tradição de luta e boa presença, mas pouca visibilidade, é o campo. O segmento de trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares soma 15 milhões de pessoas e 3,9 milhões de estabelecimentos rurais e é representado por 27 federações estaduais, onze das quais filiadas à CTB. O sistema Contag conta com quatro mil sindicatos e, a partir deste ano, será presidido por uma comunista. Há um vasto campo de atuação, portanto, para fortalecer o Partido nesta área essencial para a economia, a segurança alimentar e a mobilização popular, como a Marcha das Margaridas e o Grito da Terra.

Do ponto de vista do trabalho partidário, o 9º Encontro Nacional Sindical, em 2024, apontou que é preciso “atualizar os meios e as formas que possibilitem o funcionamento regular de assembleias de base, frações e comitês de categoria, evitando que essas bases sejam tratadas como apêndice do trabalho sindical. Definir, em cada uma delas, os/as responsáveis pela organização do Partido. Realizar permanentemente reuniões para escutar e unificar a orientação política. Planejar a atuação nos locais de trabalho, nos bairros e em outros espaços onde os/as trabalhadores/as tenham vida social, cultural, esportiva, religiosa e recreativa”. Apresenta, assim, a forma comunista de atuação sindical.

Sob a bandeira do socialismo, ampliar e diversificar o trabalho com a juventude

O PCdoB tem sido exitoso no trabalho com a militância jovem, organizada a partir de um pensamento próprio e original. Isso tem contribuído para ampliar a inserção do Partido em temas e lutas decisivas na história do país. Na atual fase, sobressaem-se a luta pelo papel da educação, da ciência, tecnologia e inovação para que o Brasil avance no seu desenvolvimento soberano e sustentável e a luta pela geração de empregos de

qualidade. Interessa à juventude o progresso nacional, a ampliação das liberdades democráticas, a defesa do meio ambiente e do planeta frente às mudanças climáticas. O socialismo é a bandeira capaz de mobilizar a juventude avançada na luta contra o capitalismo e em defesa da paz.

Nos últimos anos, o Partido consolidou sua liderança no movimento estudantil brasileiro. A prioridade de atuação nesta frente deve-se à importância histórica que possui na vida política, social e educacional do país. É na escola e na universidade que a diversidade da juventude se encontra, sobretudo após a expansão e a democratização do acesso promovido a partir do primeiro governo Lula. É preciso acentuar a ação nos grandes centros políticos e populacionais, escolas e faculdades, institutos federais e universidades públicas, na graduação e na pós-graduação.

Além disso, existe uma avenida de possibilidades abertas para que amplie a força e a influência da política dos/as comunistas entre os jovens. A presença é modesta quando se compara com o universo de jovens no país, mesmo entre os mais progressistas. É possível crescer junto a outras frentes de ação com forte identidade entre os jovens, como a luta feminista, antirracista, contra a LGBTfobia, o movimento cultural, ambiental e midiativista. Outra forma de ampliar a presença territorializada são os cursinhos populares, trabalho já iniciado pela União da Juventude Socialista (UJS) que deve ser impulsionado. Para seguir tendo êxito, é preciso combater o comodismo, a rotina das disputas congressuais e se desafiar em novas jornadas.

Fortalecer a CTB jovem e a atuação entre os jovens no mundo do trabalho é um desafio imperioso. O processo de acumulação capitalista no país aproveita-se da pobreza e da insuficiência das políticas sociais para antecipar e ampliar o trabalho precário da juventude, que tem baixo poder de negociação das suas condições laborais. No mercado de trabalho, o jovem enfrenta a informalidade, o subemprego, alta rotatividade e salários baixos. Estão na ordem do dia da agenda de lutas: mobilização pelo emprego para os jovens; fim da escala 6x1, pela escala 5x2 semanais sem redução dos salários e, de forma gradativa, chegar às 36 horas semanais – bandeira com sentido econômico, social e cultural –; e a proteção do trabalho mediado pelas plataformas digitais (aplicativos). O Partido deve articular suas frentes de massa que atuam com a juventude e os/as trabalhadores/as no sentido de promover ações para a transição da escola ao mercado de trabalho sem descontinuidade da militância.

Dar a importância que a juventude tem na construção presente e futura do Partido se faz por meio de uma centralidade real, não apenas formal. Realiza-se a partir de um trabalho de base permanente, esforço cotidiano de todo o coletivo partidário, que deve estar aberto a conhecer e compreender as características das novas gerações. Aproximar mais os/as dirigentes partidários/as do trabalho da juventude, filiar continuamente os jovens que se aproximam da UJS e da Juventude Pátria Livre (JPL) e inseri-los no esforço do *Revigoroamento partidário* em todos os níveis. Na dimensão comunicacional e de redes, os jovens podem cumprir um grande papel. Dedicar atenção especial a uma política de quadros capaz de aproveitar imediatamente o potencial dos e das jovens

quando mudam de fase. E um firme acompanhamento da UJS e da JPL para a construção permanente de unidade de ação política, com a perspectiva futura de unificação dessas organizações.

Estar com o povo, lutar junto com o povo

A ação política de massas é um elemento central na tática do PCdoB. Com as dificuldades encontradas pelos movimentos sociais para recuperar a capacidade de mobilização popular, os/as comunistas precisam mais do que nunca fortalecer sua presença e proximidade junto ao povo. Significa atuar de forma organizada nos territórios onde se expressa a luta pela sobrevivência – renda e habitação –, pelo acesso aos serviços públicos e poder viver em segurança. Nas comunidades das vastas periferias das cidades, a população vive sob a opressão de milícias, do tráfico de drogas e da violência policial. São milhares os casos de morte de jovens negros/as e até de crianças. Avassalador também é o impacto da formação de consciências, a partir das interações individuais de toda ordem por meio das redes sociais, fortemente marcadas pelo conservadorismo, negacionismo e desinformação.

Torna-se urgente fortalecer conexão e relações de confiança com o povo. Lutar com o povo exige presença constante, com ações concretas e discussões políticas que elevem a compreensão das raízes dos problemas e os caminhos de sua superação. Este tem sido o esforço contínuo do movimento comunitário onde os/as comunistas têm larga tradição, mas precisam retomar sua força. Dialogar com o povo nas praças, ruas e redes, diversificando os meios de comunicação, com produção própria, popular e digital, que fale a linguagem do povo, reconstruindo o vínculo direto com as comunidades. Participar dos conselhos locais de saúde e dos conselhos tutelares e nos espaços de cultura e educação nos territórios; sob a bandeira da reforma urbana, organizar movimentos por moradia, reivindicar transporte de qualidade, construção de praças e áreas esportivas – há um rol amplo e diversificado para a atuação. De iniciativas práticas, pode-se promover a economia popular solidária, campanha do agasalho, cozinhas e hortas comunitárias, cursinhos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e os concursos públicos (em parceria com a UJS, sindicatos e entidades de mulheres), bibliotecas, saraus e cineclubes, participação nos espaços populares de produção cultural e artística, apoio escolar, construção de creches, assistência a mulheres vítimas de violência, entre outras iniciativas. A ligação destas lutas imediatas com a luta política mais geral depende de presença organizada e efetiva das forças avançadas e de bandeiras capazes de unificá-las em torno de causas maiores. Nesse contexto, é fundamental reafirmar o papel estratégico das cidades na construção do projeto nacional de desenvolvimento. A garantia do direito à cidade deve orientar a luta por um espaço urbano democrático, inclusivo e solidário, sob a bandeira de uma reforma urbana de conteúdo popular e ambientalmente justo.

A presença do PCdoB se faz pelas entidades e os movimentos populares que tenham ação local, mas também diretamente através da organização partidária, os organismos de base. Em ambas as situações, é crucial estudar e compreender a realidade e o perfil do

povo brasileiro, as forças que atuam nas comunidades e quais linhas de ação e acumulação devemos perseguir. As entidades e os movimentos que os/as comunistas dirigem precisam ter claro vetor de massa em sua atuação. Novas estratégias de organização popular devem ser pensadas. Para responder a este conjunto de questões, atualizar a linha de ação e empoderar as organizações de base, propõe-se a realização da 1ª Conferência Nacional dos Movimentos Populares, como parte da elaboração política e tática do PCdoB.

Lutar contra todas as formas de opressão

O PCdoB sempre incorporou em sua ação revolucionária a luta contra o racismo, a opressão de gênero e todas as formas de exploração sistêmicas, afirmando-se como força anticapitalista comprometida com a emancipação humana em sua dimensão econômica, social e cultural. A contribuição da corrente teórica marxista ao pensamento feminista e antirracista tem sido permanentemente atualizada, com contribuições que buscam desatar o nó da interseccionalidade de classe, gênero e raça e a orientação sexual. A concepção emancipacionista popular deve se refletir na ampliação da atividade do PCdoB entre as mulheres brasileiras, na orientação afirmativa do fortalecimento da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da Confederação de Mulheres do Brasil (CMB), no protagonismo das mulheres em todas as esferas da estrutura partidária. Assim ocorreu na 3ª Conferência Nacional sobre a Emancipação das Mulheres, na 1ª Conferência Nacional de Combate ao Racismo e na produção da Comissão Nacional LGBT do PCdoB, cujos conteúdos precisam ser estudados e resgatados para a ação do *Revigoroamento partidário*. O histórico compromisso do PCdoB com os direitos das mulheres, contra as violências de que são vítimas, realiza-se em todos os espaços, inclusive em suas fileiras. Para que essa tarefa se realize com mais eficácia, é importante a reativação da Comissão Especial de Combate à Violência contra as Mulheres do Comitê Central, criada em 2017. Recentemente, no âmbito da jornada pelos direitos humanos, o PCdoB constituiu uma Comissão de Memória e Justiça que se movimenta pelo conjunto da pauta dos crimes cometidos pela ditadura militar, pelo esclarecimento do paradeiro dos corpos dos desaparecidos políticos, e resgate do legado dos que tombaram pela democracia, entre eles os/as comunistas. O sigilo sobre os arquivos daquele período precisa ser quebrado, passo importante para a garantia dos direitos a justiça, verdade e memória. Nesta temática dos direitos humanos, realça-se a importância de o Partido organizar melhor sua inserção nos movimentos contra o capacitismo, forma de opressão que atinge milhões de Pessoas Com Deficiência (PCD), cujos direitos, em grande medida, são negados ou dificultados. A acessibilidade e a inclusão social e tecnológica são questões vitais. Para tanto, as tecnologias assistivas propostas em planos nacionais, como o de PCD e o de Ciência Tecnologia e Inovação (CT&I), são imprescindíveis para atingir essa premissa. O PCdoB acolhe e defende essa luta nas esferas institucionais onde atua. Para avançar, é também imprescindível o acompanhamento de uma política de quadros que, de forma permanente, impulse o trabalho desses/as militantes e valorize sua inserção nas estruturas e atividades partidárias.

Estruturação partidária integrada e atualizada

Elevar o nível da organização e atuação dos/as filiados/as, tendo como centro a Organização de Base, pilar estratégico do *Revigoroamento partidário*, elemento essencial para estreitar a ligação do Partido com o povo e organizar o trabalho dos militantes e novos filiados. Num país do tamanho do Brasil, é necessário atuar através de milhares de núcleos de base, envolvendo-os nas deliberações dos projetos partidários e das entidades de massa. O esforço iniciado no 15º Congresso deve ter continuidade através da Política Nacional de Fortalecimento das Bases e ser tarefa coletiva, cotidiana e perseverante. Quadros devem ser destacados para acompanhar as bases, atuando como pivôs ou prestando serviços voluntários. Usar a internet e as redes como ferramenta de organização e divulgação da política partidária. Nesse sentido, prospectar a utilização de ferramentas de tecnologias, como Inteligência Artificial e aplicativos de comunicação direta. Ampliar iniciativas de formação militante para comunicação e atuação nas redes sociais. Ter um programa de formação voltado para a militância de base. Renovar as linhas de atuação dos movimentos e entidades populares de caráter nacional para que tenham força real de mobilização e participação do povo.

Organizar um sistema e uma política nacional de comunicação

Uma comunicação eficaz com o povo é determinante no processo de disputa social e eleitoral. Buscando aprimorar esse trabalho, o Partido tem melhorado a produção de conteúdo para os sites e redes, selecionando de forma mais clara os temas centrais em debate, a partir de uma linha editorial que espelhe a política do Partido. Nesse esforço, está a retomada regular dos editoriais do *Portal Vermelho*, que devem ser mais difundidos e discutidos junto à militância. Foram lançados programas analíticos, como o *Entrelinhas Vermelhas*, produtos em vídeos curtos e ações centralizadas de redes. O PCdoB está presente nas principais plataformas e redes sociais e realizará campanha contínua de comunicação referente ao NPND, vinculando-o como uma das marcas do Partido.

Novas linguagens, formatos, suportes tecnológicos e plataformas surgem e vão desafiando o Partido a adotar as melhores estratégias para comunicar suas posições. Disso faz parte um trabalho mais estruturado no ambiente digital e a produção, nas diversas localidades, de matérias, temas e campanhas gerais ou voltadas para atingir públicos específicos. Jornais que conectem o trabalho militante com as bases populares, boletins, adesivos, faixas, *banners* e bandeiras podem compor o leque de iniciativas da comunicação e do trabalho de agitação de acordo com cada realidade e natureza do evento.

As tecnologias digitais hoje são muito mais do que meios de comunicação, elas organizam a vida social. Estar na internet, usar a internet não é responsabilidade apenas da comunicação. Há que se formar e estimular o engajamento da militância em torno dos conteúdos produzidos nacionalmente e o uso das redes como ferramentas da estruturação partidária. A formação de redes e nós que se articulam, de forma sistêmica, é uma estratégia indispensável para garantir mais visibilidade e alcance dos conteúdos

produzidos – ou seja, interação entre o que é produzido e a forma como é compartilhado. Neste sentido, devem ser estruturados um Sistema e uma Política Nacional de Comunicação, que reúnam os veículos de comunicação das áreas partidárias com atuação própria – estados, bancadas, Fundação Maurício Grabois, frentes de luta –, para desenvolver cooperação e sinergia entre os instrumentos e potencializar os conteúdos. No vértice deste sistema, é necessário estabelecer um órgão central do Partido, como referência principal de suas posições e opiniões, à militância, para os veículos de comunicação e à sociedade.

A luta de ideias é decisiva para a disputa de hegemonia

Nos últimos anos, houve um bom avanço no trabalho de formação teórica e ideológica do Partido a partir da Escola Nacional João Amazonas e da Fundação Maurício Grabois. Ambas têm vetores próprios: a Escola promovendo a formação teórica de militantes e quadros, a Fundação produzindo e disseminando as ideias do Partido e ampliando os vínculos com a intelectualidade progressista, a exemplo da constituição dos Grupos de Pesquisa e do Centro de Estudos Avançados Brasil-China (CEBRAC). Há um rico acervo de cursos, seminários, palestras, vídeos, *webaulas*, publicações de artigos nos portais, livros, além de materiais disponíveis na *TV Grabois (Youtube)* e nas plataformas de ensino a distância da Escola e da Fundação Maurício Grabois. Tais materiais podem ser apropriados para uma ampla formação, dentro e fora do Partido. A revista *Princípios*, que conta com o apoio da Fundação Maurício Grabois, avança como periódico científico multidisciplinar no desenvolvimento do marxismo e do pensamento crítico, com prestígio na comunidade científica, sendo a ampliação de sua circulação junto ao coletivo partidário e ao campo progressista tarefa fundamental dos/as comunistas. Deve-se ressaltar que a revista alcançou a nota A3 no Qualis Capes.

No entanto, ainda persiste, em algumas esferas do trabalho partidário, uma visão limitada sobre a importância do trabalho de formação militante e da propaganda das ideias centrais do Partido, uma falsa dicotomia entre a participação nas atividades e cursos *versus* a participação nas diversas lutas políticas. Superar este limite, especialmente entre quadros dirigentes estaduais e municipais, que devem obrigatoriamente cumprir as etapas da formação, é imprescindível. A formação é exatamente para servir à luta política imediata e à luta pelo socialismo.

A luta de ideias é cada vez mais central e decisiva para a disputa de hegemonia na sociedade. Exige um plano que a oriente, seja na defesa dos preceitos teóricos consolidados no campo do marxismo, seja no estudo e elaboração sobre os temas da atualidade e os de fronteira. Os/As comunistas devem se capacitar para travar esta luta, com disposição para as atividades de pesquisa e produção teórica/acadêmica, e sobretudo para os embates públicos, interferindo nas questões políticas candentes, escrevendo artigos, participando de debates através dos meios próprios ou com outras forças. Valorizar e dar dimensão ampla, em primeiro lugar, aos instrumentos de divulgação do Partido, mas também buscar ter presença em espaços plurais de diálogo.

Elevar as bases materiais e financeiras do Partido

Os recursos materiais necessários para o impulsionamento da ação partidária fazem parte do rol de questões políticas elevadas que nos desafiam. Sua insuficiência tem sido fator de entrave muito significativo. As fontes de financiamento público, o Fundo Partidário e o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que são relativamente proporcionais ao número de votos, desempenham papel fundamental, mas não bastam para financiar o funcionamento do Partido, as pré-campanhas e mesmo as campanhas eleitorais. A composição dos fundos públicos beneficia os grandes partidos, exacerba a disparidade entre as legendas e cria uma falsa sensação de suficiência. O Partido sofreu redução drástica de suas receitas, desde 2014, quando a cada eleição teve o fundo partidário reduzido em função da diminuição do número de votos. Isso o levou a realizar ajustes que diminuíram a estrutura de funcionamento e capacidade de financiar a ação partidária. No cenário atual, o fazer político está mais fragmentado e mais caro.

A ação política dos/as comunistas é também proporcional à capacidade de arrecadar recursos. O Sistema Nacional de Contribuintes (Sincon) precisa de ampla adesão dos/as militantes e o engajamento e a contribuição direta dos/as dirigentes e parlamentares, fortalecendo seu comprometimento com o Partido. Outras medidas podem assegurar a autossustentação e expansão dos recursos do Partido: criar rede de amigos/as, incentivando contribuições regulares com base na credibilidade do programa político; organizar eventos sociais e culturais para arrecadar fundos; capacitar as direções partidárias para uma gestão financeira eficiente; implementar um sistema rigoroso de prestação de contas, demonstrando claramente como os recursos são aplicados e reforçando a confiança dos/as doadores/as. O revigoramento das finanças do Partido requer atenção dos/as dirigentes para que, no processo de tomada de decisões, seja pautado o peso das finanças na realização do planejado, na ação política geral, na ação partidária orgânica e na ação partidária eleitoral. O compromisso dos/as dirigentes e das lideranças com esta estratégia é essencial para assegurar a autossustentação e a expansão dos recursos do Partido.

PCdoB – força motriz das transformações

A consistência político-organizativa do PCdoB se assenta no seu Comitê Central – política, teórica e ideologicamente preparado, coeso e ágil – e em extensa rede de Organizações de Base ativas e influentes no seio da classe trabalhadora e do povo. Comitê Central à altura das exigências atuais da luta de classes há que superar o relativo atraso e dispersão na atualização programática, a perda relativa de coesão e de influência sobre o conjunto do coletivo militante, ser efetivamente o centro de elaboração teórica e política do Partido, dotado de autoridade e funcionalidade. Através dos meios de comunicação partidários, o Comitê Central precisa se pronunciar em tempo hábil sobre questões relevantes a cada instante da luta política e da evolução da sociedade brasileira. Instâncias próprias do Comitê Central precisam exercer seu papel estatutário, com funcionalidade e dinamismo.

Comitês estaduais, municipais e distritais, como elos entre o Comitê Central e as Organizações de Base, traduzem a orientação geral conforme as peculiaridades próprias

e devem, ao mesmo tempo, desenvolver análises e lutas de acordo com demandas locais, sempre tendo como norte a política nacional e o *Programa* do Partido. Num país com grande número de municípios, tem especial importância fortalecer os comitês municipais, criadores e dinamizadores da rede de bases. É indispensável a presença ativa de quadros dirigentes intermediários do Partido nas Organizações de Base, convertidas em centro de gravidade da ação partidária para integrar militantes e filiados/as. Toda atividade teórica, política e prática do coletivo militante tem como objetivo o acúmulo de forças tendo em vista o objetivo programático estratégico. A essência do acúmulo de forças é a construção de forte e influente Partido Comunista do Brasil.

Processo de integração do PPL ao PCdoB evolui de forma positiva

Em 17 de março de 2019, o PCdoB e o PPL decidiram, em congressos extraordinários, somar forças contra a extrema-direita cujo encaminhamento legal e prático se deu pela incorporação do PPL ao PCdoB. Desde então, o processo de integração se desenvolve de forma contínua e positiva. Tanto o PPL, herdeiro do MR8, quanto o PCdoB, têm sua história vinculada ao leninismo, portanto na Revolução de 1917, e na luta revolucionária contra a ditadura de 1964. Em comum também a defesa do marxismo-leninismo, da unicidade sindical e da independência nacional. Com a regressão que representou a vitória de Bolsonaro e a ascensão da extrema-direita, impôs-se o movimento de unidade e concentração de forças contra o neofascismo e, posteriormente, a formação da frente ampla na sustentação ao governo Lula.

No estágio atual, os quadros do antigo PPL estão integrados nas atividades do PCdoB, contribuindo nas dimensões teórica e prática para o revigoramento do Partido. Resta superar etapas, pertinentes a este tipo de processo, na área da juventude, do movimento de mulheres e quanto à comunicação com a sociedade. Mas são questões que irão se resolver na convicção existente de que o processo deve avançar até sua conclusão e na unidade de ação que tem sido praticada.

Socialismo, bandeira da esperança

O *Manifesto do Partido Comunista*, de autoria de Marx e Engels, afirma que os comunistas rejeitam dissimular as perspectivas e propostas. “Lutam – os comunistas – para alcançar os fins e interesses imediatos da classe operária, mas no movimento presente representam simultaneamente o futuro do movimento”. A luta pelo socialismo tem que estar presente no conjunto das frentes de atuação do Partido. Disseminar à classe trabalhadora e ao povo que existe uma alternativa viável e avançada à exploração e às perversidades do capitalismo é parte destacada da reafirmação da identidade do PCdoB. Amplia as possibilidades de aproximar a legenda comunista dos/as trabalhadores/as e do povo. Nestas atividades, aproveitar mais e melhor os exemplos dos países socialistas que hoje se destacam pela resistência ao imperialismo, pelo desenvolvimento, pelo progresso social, em especial a China, divulgando as conquistas desta grande nação liderada pelo Partido Comunista.

A bancada comunista na Câmara dos Deputados participa, lidera, grupos de parlamentares do Congresso Nacional que atuam para aumentar as relações do Brasil com países socialistas. O Partido deve ampliar e fortalecer o diálogo e as relações com os demais partidos e organizações que propagandeiam, lutam pelo socialismo. A Escola Nacional João Amazonas e a Fundação Maurício Grabois desenvolvem pesquisas e estudos sobre o tema. A imprensa partidária ergue alto a bandeira do socialismo. De especial importância, é o estudo, a divulgação, por parte do coletivo militante, do *Programa Socialista para o Brasil*. É do *Programa* que emana a mensagem de esperança ao povo brasileiro: Somente o socialismo poderá realizar as potencialidades da nação, defendê-la com firmeza da ganância estrangeira e garantir ao povo, seu grande construtor, o direito a uma vida digna e feliz. Por isso, o socialismo é o rumo. O fortalecimento da nação é o caminho.

Brasília, 19 de outubro de 2025

16º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Notas:

(1) Em 2024 o crescimento econômico mundial foi estimado pelo Fundo Monetário Internacional em 3,3%, e nos países capitalistas centrais foi de 1,8%, confirmando um longo ciclo de baixo crescimento destas economias. O crescimento global foi puxado pelas economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia, que atingiram 5,3%, especialmente China (5,0%) e Índia (6,5%).

(2) Os dados por país sobre desigualdade, especialmente no Sul Global, estão muito desatualizados. A América Latina é o continente mais desigual do mundo: os 10% mais ricos detêm 55% da renda, de acordo com dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). No continente africano, a extrema pobreza atinge 430 milhões de pessoas (35% da população), que vivem com menos de US\$ 2,15/dia, conforme dados do Banco Mundial de 2023. Os 10% mais ricos detêm 50% da riqueza. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os Estados Unidos são o país mais desigual, com 21% da renda nacional detida pelo 1% mais rico, e o 0,1% no topo da pirâmide detém 13,8% da riqueza.

(3) Dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e do FMI de dezembro de 2023 indicam que existiam US\$ 667 trilhões aplicados em títulos derivativos espalhados pelo mundo, enquanto o PIB global era de US\$ 110 trilhões. O rentismo, ganhos via juros, dividendos, aluguéis e *royalties* superam os lucros industriais. Em 2022, os seis maiores bancos dos Estados Unidos lucraram US\$ 280 bilhões, enquanto a indústria automotiva lucrou US\$ 16 bilhões.

(4) O mercado de dados é usado pelas grandes corporações para alcançar uma nova escala de acumulação e de concentração de capital. Sete das dez maiores corporações com capital aberto em valor de mercado do mundo são do setor de tecnologia, duas do

setor financeiro e uma petroleira. O valor somado das dez maiores corporações de tecnologia no mundo alcança US\$ 17,7 trilhões. Só a Apple vale US\$ 3,435 trilhões e foi a primeira empresa da história a alcançar valor de mercado de US\$ 1 trilhão. Se ela fosse um país, estaria disputando com o Reino Unido a sexta posição entre as maiores economias do mundo.

(5) A democracia foi mutilada e posta sob ameaça contínua do golpismo. A economia foi empurrada ao atoleiro, com uma média de crescimento de 1,5%. Milhares de empresas pequenas e médias cerraram as portas. Milhões de postos de trabalho foram fechados. O desmonte da Companhia Nacional de Abastecimento e, praticamente, o fim da política de estoques reguladores resultaram na inflação de alimentos que, hoje, atinge o bolso e a mesa do povo. O Estado nacional sofreu um desmonte, com a institucionalização de políticas e amarras neoliberais. Agravou-se a reprimarização da economia, aumentou a remessa de lucros e dividendos ao exterior e elevou-se a perda de soberania sobre recursos naturais e cadeias produtivas essenciais. Houve também a subtração de prerrogativas do Poder Executivo com o chamado orçamento secreto, as privatizações criminosas, como a da Eletrobrás e de ativos da Petrobrás, e o aviltamento da soberania nacional. As ciências, as universidades, a cultura e as artes foram tidas como inimigas e atacadas. Houve ainda o definhamento do protagonismo do Brasil no mundo, o desarranjo do processo de integração regional, a situação de tragédia social com o Brasil de volta ao Mapa da Fome, as múltiplas sequelas decorrentes da gestão criminosa de Bolsonaro da pandemia – entre elas, milhares de mortes –, a eliminação de direitos sociais e trabalhistas, o ataque aos sindicatos e centrais sindicais e aos movimentos populares, a divisão do povo, o derrame de armas fortalecendo as milícias e o crime organizado, além da difusão da cultura da violência, do ódio, do racismo, da LGBTfobia, da misoginia que fez aumentar o feminicídio.

(6) Em 2015, as taxas de sindicalização que, por exemplo, na França atingiam 7,7%, no Brasil batiam em 19,5%. Depois esse percentual entra em acentuado declínio. Em 2023, dados do IBGE informam que, dos 100,7 milhões de ocupados do país, 8,4% (8,4 milhões de pessoas) eram associados a sindicatos. Esse foi o menor contingente e o menor percentual da série iniciada em 2012, quando havia 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados (16,1%).

(7) Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNDA contínua) do IBGE de 2023 oferecem um painel quantitativo: mais de cem milhões de trabalhadores ocupados. Destes, 37,7 milhões com carteira assinada. Trabalhadores por conta própria, 25,6 milhões. Taxa de informalidade de 39,1%, 39 milhões de trabalhadores. Mais de 2,1 milhões trabalhando por plataformas digitais. Pelos critérios conceituais da CNI, o número de trabalhadores na indústria somava, em 2022, 11,2 milhões.